



O ônibus apedrajado pela população revoltada em Goiânia

Desespero popular gera quebra-quebra e saques

Diversas manifestações, vários ônibus quebrados, estudantes presos e espancados, invasão do Campus Universitário por policiais — estes os resultados, até agora, do aumento extorsivo do preço das tarifas de transporte coletivo em Goiânia, decretado no último dia 27.

No dia 29 cerca de 700 estudantes participaram do “enterro do estudante que morreu de andar a pé”. No dia 30, na praça do Bandeirante, foi a vez do presidente da Transurb, Jossivani de Oliveira, ser enterroado simbolicamente. As manifestações foram lideradas pelo Movimento Contra a Carestia, entidades estudantis e Bloco Popular do PMDB.

Em São Paulo o trem UJ-26, da Rede

Ferrovária Federal, foi depredado pelos seus dois mil passageiros revoltados, próximo da estação de Perus, na Zona Oeste. Outras duas composições que passavam por linhas paralelas também foram apedrejadas. A revolta foi causada pela excessiva demora para substituição da locomotiva que puxava o trem, avariada.

No Ceará, em apenas um dia, quatro cidades foram invadidas por flagelados da seca. Em Curitiba, um mercado foi saqueado por centenas de famintos na Cidade Industrial.

Por todo o Brasil, incidentes como estes são o retrato do desespero que se alastra pelo povo vítima da política econômica e social nefasta do governo dos generais.

Semana da dependência

Semana da Pátria. Todos os meios de comunicação voltam-se para exaltar o sentimento cívico em torno da independência. As Forças Armadas ostentam no desfile de 7 de setembro seu poderio militar.

Enquanto estes preparativos se desenvolvem, os generais e as altas autoridades do regime reúnem-se com representantes dos banqueiros internacionais e do FMI para negociar o país em pagamento da dívida externa. Por ordem do FMI o ministro do Trabalho proíbe qualquer reajuste salarial acima de 80% do INPC. As empresas estatais são alvo de virulenta campanha para serem esvaziadas e, compradas por multinacionais ou transformadas em sucata, também segundo os ditames do FMI. A economia brasileira é paralisada, por não se poder comprar máquinas e insumos industriais e agrícolas — tudo para poupar recursos que serão empregados no pagamento da dívida. A indústria e a agricultura são atreladas ao objetivo desesperado de exportar, para angariar divisas, comprometidas de antemão pelos compromissos com os credores internacionais.

Nesta situação, onde o país trabalha para pagar a dívida externa, sob o comando do supergoverno em que se transformou a comissão do FMI, a festa da independência é uma gigantesca farsa. Assim como é um embuste a declaração de que a soberania é intocável, feita pelos mesmos governantes que se aferram à política de traição nacional que conduziu o Brasil à condição de escravo do capital financeiro mundial.

Basta de entreguismo! É o brado que se ouve por todo lado. O povo brasileiro em sua história já deu mil demonstrações de que não aceita viver de joelhos sob a dominação de qualquer opressor. A luta contra a presença imperialista no Brasil, ao lado do combate pela liberdade, tende a transformar-se em poderosa corrente, que tem como alvo central o regi-

me militar arbitrário e entreguista.

Para amenizar este ímpeto de luta, entram em cena as forças auxiliares da burguesia que atuam no movimento popular. Dizem que é possível unanimidade da nação contra a dominação estrangeira. Tentam esconder que as classes dominantes encasteladas no regime militar são hoje sócios menores do capital internacional e atuam como seu sustentáculo. Elogiam a política externa brasileira, chegando a afirmar que o governo optou por um caminho de resistência. Mas o que se vê na prática é a completa subserviência à estratégia dos padrões norte-americanos.

Em relação à dívida, uns falam em moratória — isto é, reconhecer a dívida mas, com ares de grande independência, exigir um adiamento e um reescalonamento das prestações. Outros, desavergonhadamente, pregam que se entregue tudo que os credores exigirem e chamam a isto renegociação.

Mas não basta romper formalmente com o imperialismo ou apenas lhe oferecer alguma resistência. Esta é uma batalha que exige soluções radicais. Coloca em pauta a liquidação do regime que lhe serve de alicerce e a execução de alterações profundas tanto no sistema econômico como na superestrutura do Estado. Aponta de imediato para a suspensão do pagamento da dívida externa e para o redirecionamento da economia, tendo como referência os interesses do povo e da nação.

Mas o imperialismo é o ponto mais alto do desenvolvimento capitalista. Para livrar-se de fato de suas garras, a nação precisa avançar para uma nova etapa histórica. Ou seja, que o povo tome em suas mãos os destinos do país e, sob a direção da classe operária marche para a construção do socialismo. Preparar e colocar em prática medidas concretas para possibilitar este desenvolvimento é tarefa de todo operário consciente.

Briga de foice pelo poder em Brasília

O agravamento continuado da crise econômica, a entrega do país ao FMI, o descontentamento geral que se alastra entre os brasileiros, mais a incapacidade dos donos do poder para

resolver suas brigas internas, formam uma mistura inflamável. O governo Figueiredo já não se güenta nas pernas. Há um impasse em Brasília. E sintomas de crise de poder. Pág. 3.

Traição nacional dos militares golpistas de 64

Os principais golpes contra a soberania e a riqueza do Brasil, patrocinados pelo governo militar. Pág. 8



Apolinário, presidente da UBES

PF prende e agride líder secundarista

O presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Apolinário Rebelo, e outros dois dirigentes secundaristas foram detidos pela Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no último dia 30. Os estudantes retornavam do I Congresso Secundarista de Dourados (MS), quando cerca de 10 agentes armados da PF pararam o ônibus em que viajavam, no posto policial de Rio Brilhante. Revistaram todos os passageiros, prenderam os secundaristas e os levaram para interrogatório. Quando Apolinário exigiu a presença de advogado para prestar depoimento e queixou-se de que estavam falseando declarações dos detidos, foi brutalmente agredido por um dos policiais. A UBES repudiou o arbítrio da repressão.

Governo proíbe aumento maior que 80% em maio

A decisão é do ministro Murilo Macedo, que argumentou: “O decreto 2.045 não é uma lei, mas uma intervenção”. Página 3



O prefeito de Pacajus fugiu delas; seu irmão mostrou-lhes os órgãos genitais

As flageladas da Seca à frente das invasões

Página 4

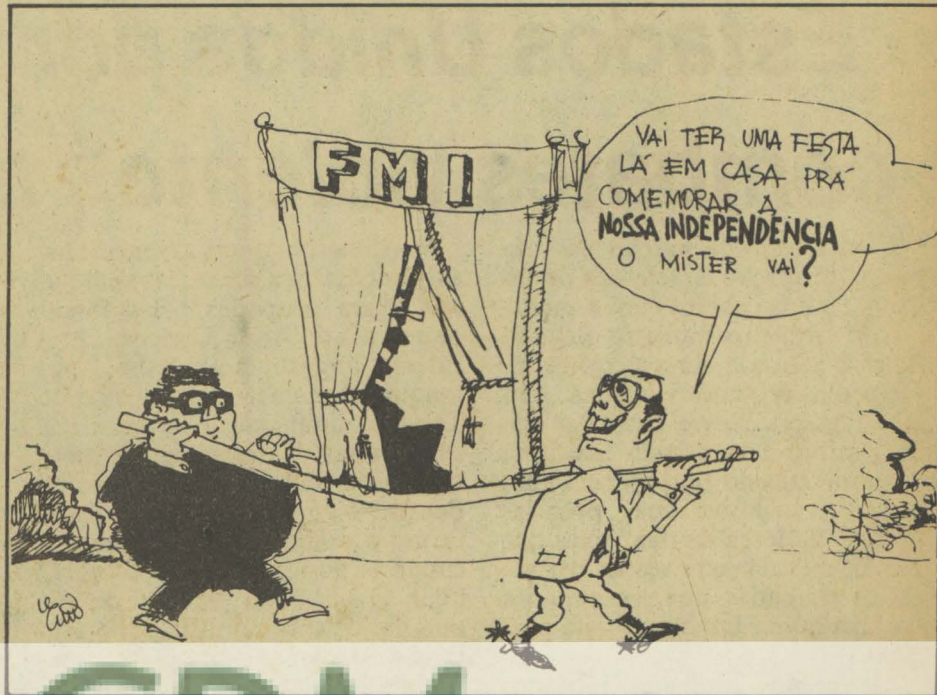
Ocupantes do “Flor do Vale” resistem nas suas casas

Durante 52 hs., das 5 hs., da manhã de terça-feira até as 23 hs. de quarta às 350 famílias que ocuparam o conjunto habitacional “Flor do Vale”, em Taubaté, São Paulo, resistiram à Polícia Militar que tentava expulsá-las. As mulheres tiveram um papel de destaque na resistência. Várias foram feridas pelos PMs. Ao final a força bruta obrigou os moradores a deixarem suas casas porém na tarde de 5ª feira as famílias conseguiram uma liminar na Justiça de São Paulo que permite que retornem em suas casas, pelo menos por 20 dias.

Leia na pág. 4.

Como foi o Conclat - São Bernardo

O Congresso de uma ala do movimento sindical, com 2 a 3 mil delegados financiados a dólar, criou uma Central estreita. Pág. 5



Renúncia de Begin agrava crise em Israel

O terrorista e genocida primeiro-ministro de Israel, Menahem Begin, apresentou a sua renúncia ao presidente Chaim Herzog no dia 20 passado, depois de se reunir com o enviado especial norte-americano Robert Macfarlane. A monstruosa e criminoso máquina de guerra de Israel foi a grande derrotada, e agora paralisa o país com uma crise política de proporções imprevisíveis.



Manifestação popular contra o governo de Menahem Begin, em Jerusalém

Trajetória de um sionista

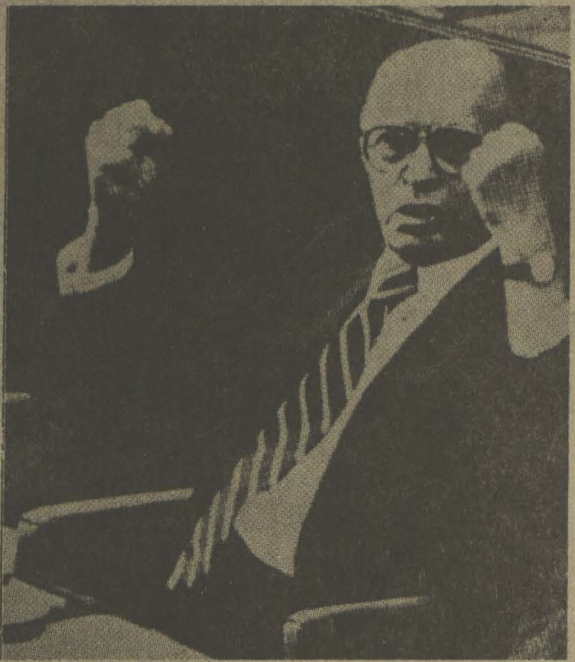
Menahem Begin nasceu em Brest-Litov (então Polônia) em 1913. Desde os seus tempos de estudante participou das juventudes sionistas, sendo discípulo de Jabotinsky (o principal instigador da violência sionista e criador da organização terrorista Irgun). Em 1941 foi detido pelas tropas soviéticas que libertavam a Polónia, por colaborar com o serviço de inteligência inglês. Em 1942 é libertado e vai para a Palestina, onde imediatamente se engaja na Irgun. Um ano depois ocupa a sua chefatura, passando a ser responsável direto por todos os atos de terror cometidos por esta organização.

Begin imediatamente passou a atacar cidades e aldeias indefesas com seu bando terrorista. Rodeava a cidade e, dividido em grupos, derrubava portas, metralhava o interior das casas e dinamitava as paredes. Assim desapareceram 385 cidades palestinas.

Em 1946, irritado porque as autoridades inglesas pretendiam limitar as práticas terroristas da Irgun, Begin mandou explodir o hotel "King David" de Jerusalém, que na época servia de hospital. O saldo foi de 97 mortos e inúmeros feridos. Nessa época sua mais notória mancha foi na aldeia de Deir Yassin, onde

254 mulheres e crianças foram assassinadas a sangue frio, quando os homens se encontravam trabalhando. Em 1948 Begin ordenou o assassinato do conde Folke, enviado pela ONU, tentava mediar o conflito.

Decretado o Estado de Israel, Begin sofreu oito humilhantes derrotas eleitorais para o Partido Trabalhista. Sua primeira participação no governo ocorre em seguida à guerra dos seis dias de 1967, quando serviu como ministro sem pasta do gabinete de "unidade nacional" do premier Levi Eshkol e ajudou a formular a política de recusa à retirada de Israel dos territórios árabes ocupados. Em 1977, finalmente, é eleito primeiro-ministro.



Menahem Begin, terrorista sanguinário

Begin domina a política israelense desde que se tornou "premier", em 1977. Sua política, nestes seis anos, foi do mais fanático e belicista expansionismo. Levou Israel ao maior isolamento internacional de sua história. Entre suas medidas e ações agressivas destacam-se o projeto de colonização dos territórios árabes na Cisjordânia, a anexação das colinas de Golan da Síria, a declaração de que Jerusalém (incluindo o setor oriental, árabe) é a capital "indivisível" de Israel e a destruição por ataque aéreo do reator nuclear do longínquo Iraque em 1981.

O GRANDE CRIME

Mas o grande crime de Begin foi mesmo a invasão militar do Líbano a 6 de junho de 1982. A operação desencadeou uma guerra que custou a vida de milhares de libaneses, palestinos e mais de 500 israelenses. Enquanto Israel bombardeava criminosamente a população de uma Beirute defendida heroicamente pelos combatentes palestinos por dois meses, até os setores mais reacionários da opinião pública mundial iam se dando conta de quem são os verdadeiros terroristas no conflito do Oriente Médio. O repúdio ao governo de Tel Aviv chegou ao seu ponto mais elevado com a participação descarada das forças israelenses na orgia de sangue que massacraram milhares de mulheres, velhos e crianças palestinas nos campos de refugiados de Sabra e Chatila.

Com esse episódio macabro, o isolamento externo de Israel transbordou num poderoso movimento de oposição interna contra Begin. O governo de Israel "rifou" então, com extrema delicadeza, a cabeça do então ministro da Defesa e não menos genocida Ariel Sharon, transferindo-o para outro ministério no início deste ano.

PRESSÕES INCONTROLÁVEIS

Mas de lá para cá as dificuldades de Begin só fizeram se agravar. A medida que um número cada vez maior de soldados da força de ocupação israelense no Líbano vai perdendo a vida em ações de resistência guerrilheira, o pesadelo da ocupação torna-se cada vez mais insuportável para a população de Israel. Quando o fiasco do "plano de retirada das tropas estrangeiras do Líbano" revelou que Begin pretendia mesmo partilhar esse país, as pressões sobre o primeiro-ministro se tornaram incontroláveis. É esta a verdadeira razão da sua renúncia, e não os seus alegados "motivos pessoais".

Ainda não está claro qual vai ser o desdobramento imediato da queda do chefe de Estado de Israel. A renúncia agravou as dissenções internas da coligação governamental. E se não houver acordo majoritário no parlamento, ocorrerão novas eleições gerais. De qualquer forma, a paralisa política de Israel abre novas e promissoras perspectivas para a luta dos povos árabes da região, e em especial para o povo palestino.

(Luís Fernandes).

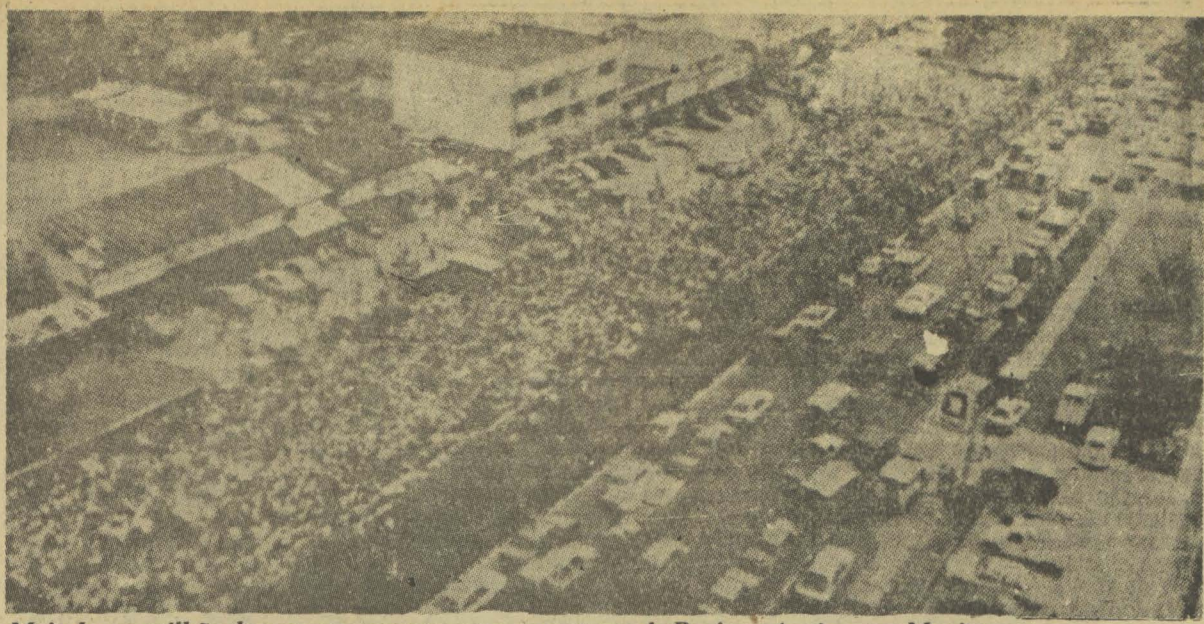
Estados Unidos por trás dos combates violentos no Líbano

Com a retirada parcial das tropas de ocupação israelenses do Líbano e a crise aberta com a renúncia do primeiro ministro Begin, Beirute voltou a ser palco nos últimos dias dos mais violentos combates desde a guerra civil. Por trás do conflito está a mão assassina do imperialismo norte-americano, que usa inclusive suas próprias tropas na "força de paz" para não recuar um milímetro sequer das posições ocupadas por seus aliados na invasão do Líbano no ano passado.

Os recentes combates, iniciados no domingo, são resultado direto da decisão de Israel de realinhar as suas tropas no sul do Líbano, concentrando-as numa faixa mais estreita. Este realinhamento, forçado pela crescente oposição da opinião pública israelense à presença de seus soldados em território libanês, sela na prática a partilha do país.

Washington quer garantir que as posições israelenses abandonadas sejam ocupadas pelas forças de seu aliado Amin Gemayel, presidente imposto ao Líbano pelos tanques de Israel. Assim, quando Tel Aviv anunciou a retirada das suas tropas das estratégicas montanhas de Shouf nos arredores de Beirute, o governo norte-americano instou o exército de Gemayel a ocupar as posições dos sionistas. O líder muçulmano libanês de esquerda, Walid Jumblat, que tem forças estacionadas na região, avisou a Gemayel que não se aproximasse de Shouf. A tensão entre os patriotas libaneses e os falangistas irrompeu-se em confronto armado quando as forças de Gemayel atacaram a Bourj Al-Brajneh, um bairro muçulmano de Beirute. Agora os falangistas tentam expulsar os combatentes patriotas libaneses de toda a região ocidental da capital.

O que torna este conflito mais grave é que pela primeira vez as tropas norte-americanas se envolveram diretamente na luta, usando helicópteros, obuses e morteiros, deixando claro que se trata de uma força de ocupação, e não de "paz". O porta-aviões nuclear ianque, que há poucos dias estava fazendo provocações contra a Líbia no Mediterrâneo, apareceu no dia 30 ao largo de Beirute. O porta-voz das tropas dos EUA, major Robert Jordan, deixou claro que se tratava de uma arrogante e prepotente demonstração de força: "Não queremos que ninguém se engane sobre o que temos condições de fazer". Até o dia 31, um total de 44 soldados havia morrido, entre os quais dois norte-americanos e quatro franceses da força de "paz", e mais de 150 pessoas ficaram feridas. A tensão em todo o Oriente Médio volta a se agravar assustadoramente.



Mais de um milhão de pessoas compareceram ao enterro de Benigno Aquino, em Manila

Ditadura de Marcos sofre desgaste após assassinato

O assassinato do líder opositor Benigno Aquino colocou o ditador Ferdinand Marcos das Filipinas na defensiva, e aprofundou o descontentamento popular com seus 18 anos de governo. A medida que foi ficando claro o envolvimento do regime na morte, manifestações cada vez mais gigantescas acompanharam o corpo de Aquino no seu enterro, dia 31, juntando mais de um milhão de pessoas.

Os dez dias que separaram o assassinato de Aquino, dia 21, até o seu enterro foram marcados pelas maiores mobilizações opositoristas de massas nos 18 anos de ditadura. No dia 25 mais de 500 mil pessoas acompanharam em procissão, o cortejo de remoção do corpo da casa dos Aquino para a Igreja de São Domingos. Já o enterro foi uma autêntica apoteose. Um dos momentos de maior emoção foi quando a procissão passou em frente à embaixada norte-americana e manifestou claramente o seu repúdio ao imperialismo ianque pelo apoio que dá à ditadura de Marcos.

Mesmo a imprensa norte-americana levanta uma série

de perguntas, atualmente, que envolvem diretamente o governo de Marcos no crime. O jornal "New York Times" pergunta — "Quem pode acreditar que o governo Marcos conduzirá uma investigação detalhada sobre o sórdido assassinato do seu mais forte adversário político?"

Mas é exatamente isso que Marcos tenta simular. O ditador nomeou uma comissão "independente" de inquérito composta unicamente por comparsas seus. O líder da Igreja Católica, Jaime Sin, se recusou a participar da comissão, entendendo que ela visa unicamente isentar o governo de culpa. A ditadura ofereceu até mesmo uma recompensa de 45

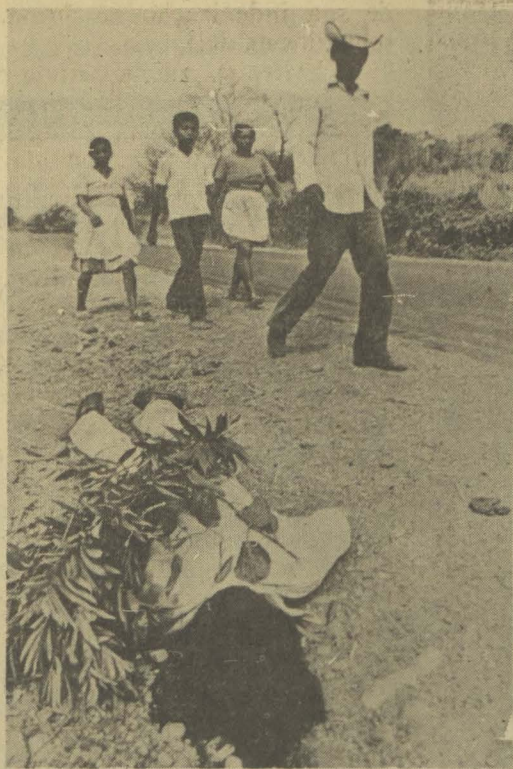
mil dólares para quem fornecer qualquer informação sobre os responsáveis pelo assassinato. Ao mesmo tempo o ministro de Informação, Gregório Cendana, ameaçou processar "qualquer um que continue a lançar calúnias contra o governo e seus líderes", referindo-se ao jornalista japonês Kiyoshi Wakamiya, que testemunhou soldados do governo assassina rem Aquino.

Por outro lado o ex-senador Salvador Laurel, presidente de uma coalizão de partidos opositoristas, afirmou que "70% da oposição a Marcos está nas montanhas", referindo-se aos grupos armados que enfrentam o governo. A Frente Democrática Nacional, que reúne todas as forças guerrilheiras, afirmou que Aquino foi "um mártir da causa democrática — o seu assassinio assinala a morte de todos os esforços bem intencionados, porém inúteis, em favor da reconciliação nacional".

Governo salvadoreño negocia com a guerrilha

No último dia 29, pela primeira vez, representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e do governo salvadoreño tiveram um encontro para discutir os assuntos do país, avassalado pela guerra civil e pela crescente intervenção ianque. Também na semana passada a FMLN, e a Frente Democrática Revolucionária, mantiveram encontros com o embaixador itinerante dos E.U.A. para a América Central, Richard Stone.

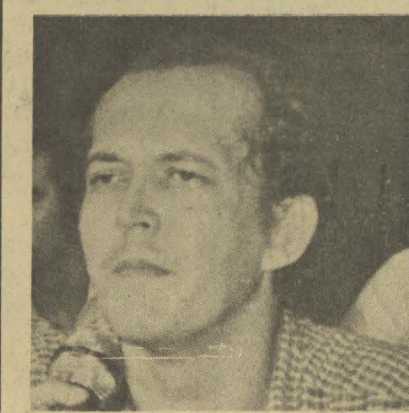
As negociações, embora não tragam soluções de fundo para a situação salvadoreña, são uma importante vitória política dos guerrilheiros. É o seu reconhecimento, por parte da ditadura salvadoreña e do imperialismo ianque, como representantes de um poder político real no país. Nada foi revelado sobre as conversações, mas de há algum tempo os guerrilheiros



Nem a violência mantém a ditadura

das para dezembro próximo. E os guerrilheiros já deixaram claro que "o mesmo aparato e a corrupção com que se realizou a fraude tantas vezes, está em pé; fala-se em dar-nos garantias para que participemos das eleições, o que é realmente ridículo. Nós jamais vamos confiar em garantias que nos ofereçam os verdugos de nosso povo; não vamos expor as centenas de milhares de ativistas e quadros de nossas organizações à ação dos "esquadrões da morte" que o governo e a chefatura militar alegam ciniamente não poder controlar", como afirmou um dirigente da FMLN.

Já no campo de batalha, onde realmente vai sendo decidida a sorte do país, as guerrilhas populares ampliam seus campos de operações e aumentam seus efetivos em armas. E o governo norte-americano, por seu lado, aumenta a ajuda à ditadura salvadoreña, principalmente através da aviação militar — os bombardeios e a artilharia aérea substituem cada vez mais as desmoralizadas tropas governamentais nos enfrentamentos armados com a guerrilha.



"Apoiar um jornal como a Tribuna Operária é contribuir para a luta do povo brasileiro, pois ele é um elo de ligação dos nossos anseios de liberdade. A T.O., que eu acompanho desde a sua fundação, sempre contribuiu para o desenvolvimento da consciência política do nosso povo e na construção da sua organização".

Marcus Vasconcelos, vice-presidente do Sindicato dos Eletricitários da Bahia, membro da Comissão Nacional Pró-CUT

Leia e assine a Tribuna Operária

Desejo receber em casa a Tribuna Operária.

() Anual de apoio (52 edições)	Cr\$ 10.000,00
() Anual comum (52 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral de apoio (26 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral comum (26 edições)	Cr\$ 2.500,00
() Exterior, anual	70 dólares

Envio anexo cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adoniran Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antônio) - Bela Vista - São Paulo, SP. CEP 01318.

Nome: _____ CEP: _____
Endereço: _____
Cidade: _____
Estado: _____
Profissão: _____

Documentação: _____
Memória: _____
Fundação Maurício Grabois

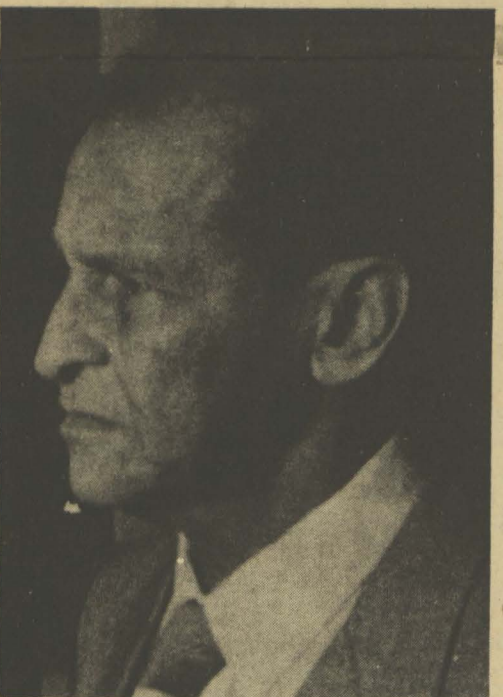
Onda de repressão em Mato Grosso atinge quem votou no PMDB

O corrupto Júlio Campos, governador do PDS de Mato Grosso, desencadeou uma onda de vandalismo contra a população dos bairros periféricos de Cuiabá. A repressão é política, um ato de revanchismo contra o povo que votou na oposição. No momento sua cólera se deve ao fato do PMDB ter ganhado um recurso no Supremo Tribunal Federal, que julga os processos contra as fraudes eleitorais que deram a vitória ao PDS nas eleições.

A onda de violência está travestida sob os nomes de "operação arrastão" e "operação pega-bandido". Algumas das primeiras vítimas foram os moradores de três áreas vizinhas ao bairro de Santa Izabel. Nesta localidade cerca de 400 populares invadiram no último dia 13 os lotes de terra abandonados, construindo seus barracos. Na terça-feira, dia 30, várias viaturas da PM, da polícia civil, do Dops e do Corpo de Bombeiros, totalizando cerca de 300 homens armados, chegaram ao local para retirar a força os ocupantes. Não possuíam nenhum mandato judicial, mas armados de metralhadoras não deixaram nenhum barraco em pé. Os moradores que resistiram foram espancados e presos.

Depois das monstruosidades cometidas, não satisfeitos os policiais se dirigiram para Santa Izabel "à procura dos responsáveis pela invasão", segundo informaram. Inicialmente arrombaram o pequeno comércio do sr. Gabriel, que é membro da Associação de Moradores. Após arrebentarem duas portas e uma janela, invadiram a casa e fizeram a maior devassa, roubando os Cr\$ 10 mil que estavam na gaveta do balcão. Apontaram revólveres para o peito do sr. Gabriel, algemaram-no e passaram a espancá-lo.

REPRESSÃO POLÍTICA
Demonstrando o caráter político da operação, os policiais retiraram um cartaz do PMDB que estava pregado



Padre Pombo: retrato rasgado por policiais

Murilo Macedo proíbe reajuste salarial de mais que 80% do INPC

"O decreto-lei 2.045 não pode ser interpretado como uma lei trabalhista, mas sim como uma legislação de intervenção do governo na ordem econômica. Intervir quer dizer que o reajuste salarial não poderá exceder a 80% do INPC. Os 20% restantes serão a parcela de sacrifício do trabalhador para corrigir o quadro econômico". Utilizando-se deste parecer autoritário, o detestado ministro do Trabalho, Murilo Macedo, determinou terça-feira que nenhuma Delegacia Regional do Trabalho do país poderá aceitar acordos coletivos com reajustes salariais que superem 80% do expurgado e falsificado INPC.

A arrogante decisão foi tomada para evitar que novos acordos sejam assinados sem levar em conta o decreto-lei, como já ocorreu em alguns dissídios no Rio Grande do Sul. O objetivo deste reforço a 2.045 é deixar claro que o arrocho deve ser aplicado com rigidez, sem excessões; que os patrões não devem ceder às pressões dos trabalhadores por aumentos salariais maiores; e que, se cederem, as DRTs não devem formalizar os acordos.

Ao proibir reajustes com mais de 80% do INPC, o governo militar simplesmente extingue as negociações coletivas entre trabalhadores e empresários. As migalhas da produtividade, que dependiam das pressões e negocia-



Júlio Campos: revanchismo político

na parede da casa, esfregaram no rosto do líder popular e disseram: "Cheira aí esta imundice". O cartaz possui a foto do Padre Pombo, candidato ao governo pela oposição, e os dizeres: "PMDB, coragem para vencer". Os jagunços também pegaram uma bandeira do partido oposicionista que o morador guardava e exigiram que ele "rasgasse esta porcaria". Como ele se recusou, "prefiro a morte", os próprios policiais a fizeram em pedaços. Na saída o ameaçaram de morte caso denunciasse as violências. Entre os policiais estava o famoso Peninha, expulso da PM e que hoje é segurança pessoal do governador Júlio Campos.

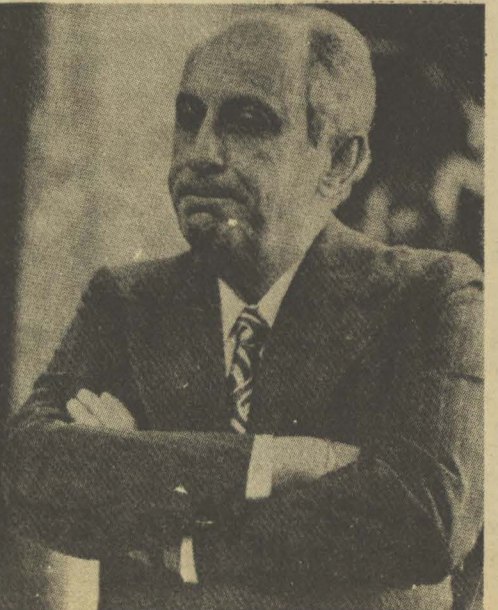
DEPUTADO AMEAÇADO
Prosseguindo na perseguição política, o comando prendeu o ex-presidente da Associação de Moradores, Daliberto, e o atual presidente do Conselho da entidade. Alguns deputados do PMDB tentaram intervir para impedir as violências mas foram ameaçados. Um dos policiais, dirigindo provocações ao deputado federal Márcio Lacerda, afirmou: "Se você pensa que em coro de deputado não entra bala então se meta a besta". Mais de 40 pessoas foram presas, entre elas Daliberto, que foi barbaramente torturado na Delegacia. Os Cr\$ 65 mil que Daliberto recebera de sua indenização na firma, foram roubados na delegacia.

No bairro os policiais ainda procuraram dona Joanita, presidenta da Associação de Moradores e membro do PMDB. Neste local, além da derrota nas eleições de 15 de novembro, o PDS perdeu as eleições para diretoria da Associação. Entre os presos, uma menina de 13 anos foi espancada e levada para a Delegacia. Outro morador preso saiu da Delegacia com o braço esquerdo marcado por cigarros das torturas sofridas.

Como Santa Izabel, outros bairros têm sido vítimas desta ação revanchista do governo. Mas os moradores não se deixam intimidar. Logo após a onda de vandalismo, os moradores de Santa Izabel realizaram um ato público de protesto. (Aluizio Figueiredo Arruda, da sucursal de Cuiabá)

ções, também já não mais existem pois o governo as fixou em zero por cento. Aos trabalhadores cabe não reconhecer estes decretos e decisões autoritárias, exigindo reajustes que garantam sua sobrevivência. As greves enterraram a lei antigreve, e podem também superar estas novas determinações anti-operárias. Caso contrário "a parcela de sacrifício" exigida será maior ainda, acabando os trabalhadores por arcar com todo o peso de uma crise econômica que não criaram.

A administração Ronald Reagan, em plena preparação de uma nova guerra mundial de rapina, aproveita a crise brasileira e a fraqueza política, econômica e moral do governo Figueiredo para amarrá-lo mais fortemente aos seus planos militares. As conversações mantidas pelos oficiais americanos da mis-



Macedo: o 2.045 é uma intervenção

O governo em agonia ainda sonha com 1985

Formalmente, o general Figueiredo reassumiu o cargo de presidente da República. Mas, mesmo oficialmente, fica claro que não governa. Com uma situação gravíssima no país, o chefe do governo vai (não se sabe por quanto tempo) funcionar apenas com mero expediente, e só tratando de "problemas amenos", que não provoquem tensão.

Mas só se Figueiredo ficar restrito a tratar sobre as flores da Granja do Torto, porque se o assunto for governo, o que está em pauta é a troca do comando do navio e da tripulação — um assunto bastante tenso.

A sucessão presidencial, que Figueiredo ridicularmente ainda declara manter sob controle, está em plena evolução — sem nenhuma satisfação ao outrora "chefe incontestável". O PDS esfacele-se cada vez mais em um sem número de grupos que tratam de locupletar-se com o que estiver à mão, como quem prevê que o fim da festa não tarda muito.

DIREITOS DE PRINCÍPIOS

As denúncias de corrupção explodem com virulência nos jornais de maior circulação do país. Os casos da Capemi (incluindo o assassinato de Baumgarten), do grupo Coroa-Brastel (agora engrossado com sua ligação com o estouro da Delfin), o escabroso caso das "polonetas", tudo envolve diretamente gerais e altas autoridades. É o subproduto de todo regime de arbítrio que vem à tona: a prepotência usada para garantir direitos de princípios aos donos do poder e seus protegidos.

Os generais não têm como dar resposta a tanta corrupção. Não conseguem justificativa para o entreguismo descarado, que levou na prática a um governo do FMI, dentro e acima do governo



Délio: "mui amigo" de Figueiredo, nas tramas dos bastidores

formal do país. Não têm respostas para o atoleiro onde sua orientação antinacional e antipovo conduziu o país. Estão inteiramente paralisados, agravando a instabilidade política, que já toma caráter de crise política e de governo.

Nesta situação, pipocam por todo lado sugestões para romper o impasse. Uns comparam o período em que Auréliano ocupou o Palácio do Planalto com o governo Figueiredo, tecendo rasgados elogios ao presidente interino — não tanto por defender a sua candidatura, mas por considerar que Figueiredo chegou ao fim da linha. Outros falam em restaurar o parlamentarismo, porque assim as "mudanças de governo" seriam menos traumáticas. E com isto engrossam a corrente dos que defendem o fim do ciclo atual de generais no poder.

Nos bastidores, multiplicam-se os encontros, os al-

moços, os documentos que não chegam a ser publicados. O brigadeiro Délio Jardim de Matos almoçou com senadores do PDS, que foram diretos ao assunto: "assuma a direção do processo político!" Ministros militares reuniram-se na base aérea de Brasília, sem revelar o teor da conversa. Comenta-se que Délio falaria em nome dos ministros militares.

Fala-se inclusive que nesta movimentação toda estaria em jogo uma manobra para deixar com a Aeronáutica o papel de tutor, até agora exercido mais abertamente, pelo Exército — que sairia de cena pelo desgaste em que se encontra.

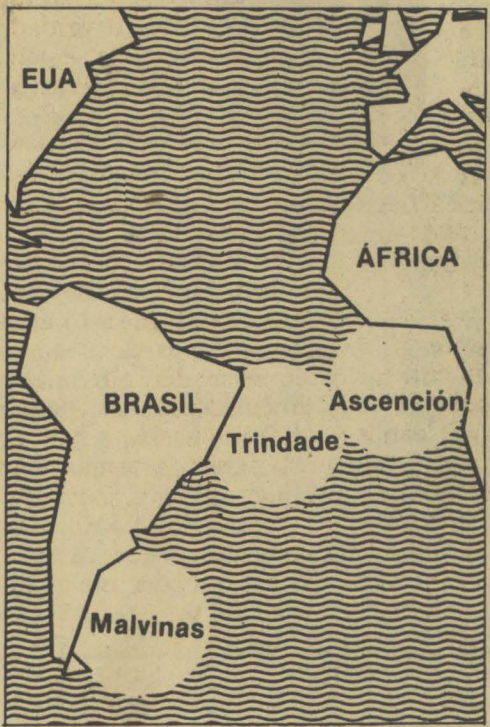
ALARMA GERAL

O PMDB, através de seu presidente, também veio a público apresentar suas propostas. Mas, preso pelas vacilações da oposição burguesa, não tem coragem de propor soluções mais ousadas.

Americanos querem instalar base área em ilha brasileira

A conclusão de um novo "acordo de cooperação militar" Brasil-Estados Unidos foi o tema da missão militar americana que chegou ao Rio dia 28. Corriam notícias também de que os EUA querem instalar uma base militar na ilha brasileira de Trindade. Ao mesmo tempo anunciou-se que Reagan faria um novo empréstimo tapaburaco a Figueiredo, de 1 bilhão de dólares.

A administração Ronald Reagan, em plena preparação de uma nova guerra mundial de rapina, aproveita a crise brasileira e a fraqueza política, econômica e moral do governo Figueiredo para amarrá-lo mais fortemente aos seus planos militares. As conversações mantidas pelos oficiais americanos da mis-



A base de Trindade nos planos dos EUA.

são, superficialmente acompanhados pela imprensa, indicam que o interesse imperialista se concentra hoje em duas questões: a construção de uma base aeronaval em Trindade, e um maior domí-

nio da hoje próspera indústria brasileira de armas.

Trindade, uma ilha oceânica brasileira a mais de mil quilômetros da costa do Espírito Santo, ocupa um lugar estratégico. A base ali construída completaria o esquema do imperialismo americano e seus aliados da OTAN no Atlântico Sul — juntamente com a base já em funcionamento na ilha de Ascensão e outra, planejada, no arquipélago das Malvinas.

Apenas para a primeira fase das obras os americanos se dispõem a liberar 300 milhões de dólares e fornecer tecnologia. A base seria formalmente subordinada às Forças Armadas brasileiras, mas enquadrada de fato nos planos de guerra do Pentágono, que poderia utilizá-la à vontade.

Quanto à indústria bélica brasileira — que cresceu monstruosamente sob o regime militar — as conversações giram em torno do "fornecimento" de tecnologia americana, em troca de "apoio" do Brasil na "defe-

Fica nas medidas institucionais ligadas à sucessão em 1985, através de eleições diretas.

No fundo, a esperança que ainda alimentam os atuais detentores do poder é manter a casa em pé até 1985! Mas tudo indica que as coisas marcham com velocidade maior. O alarme geral — contra o FMI, contra as exigências do capital financeiro e anunciando a possibilidade de uma convulsão social — parece indicar que a crise política não espera. A base de sustentação do regime, imobilizado pela rigidez do sistema montado desde o golpe de 1964, não tem mais como enfrentar a situação. Tende a esfacelar-se.

A situação exige a construção de um governo provisório, que represente os democratas, os patriotas, os brasileiros honestos, interessados no progresso, e os setores populares unidos em torno da classe operária. Governo que tome as medidas de profundidade que a atual estrutura não comporta. Tais como: garantir a liberdade para o povo e convocar uma Constituinte livre e soberana; suspender o pagamento da dívida externa até que a nação se pronuncie livremente sobre o assunto (conhecendo quanto, e a quem deve); abrir um novo curso para o desenvolvimento do país, planejando as prioridades em função dos interesses nacionais e das necessidades do povo.

A grande questão que se coloca para os trabalhadores e todos os democratas é encontrar as formas práticas para alcançar esta solução. E com urgência. Para isto, é essencial saber derrotar a tática do imperialismo de fracionar os trabalhadores através das cúpulas partidárias e sindicais. É forjar os instrumentos independentes para que a unidade popular tome seu lugar na cena política brasileira, tendo o proletariado como núcleo central. (Rogério Lustosa).

A crise é maior que São Paulo

O governo Franco Montoro lançou no último fim de semana uma campanha com o slogan "São Paulo é maior que a crise", visando incutir na população do Estado mais otimismo e confiança no futuro. A iniciativa causou polêmica até no secretariado estadual, chegou a ser cancelada e terminou saindo apenas no rádio e televisão (com uma música interpretada pelos Demônios da Garoa), quando a programação inicial concentrava esforços na imprensa escrita.

A discussão, no fundo, gira em torno de um problema que à primeira vista parece bizantino mas na realidade expressa o grande drama da administração Montoro: será que São Paulo é mesmo maior que a crise? Ou a crise é maior que São Paulo?

Caso a primeira resposta fosse a certa, caberia aos paulistas e ao seu governo estadual reforçar seus estoques de otimismo e esperança, arregaçar as mangas e buscar com medidas administrativas, a saída. Ocorre que não

há saídas administrativas para a crise, seja em São Paulo, no Ceará ou outro lugar. Toda solução que não seja um simples remendo esbarra no grande problema político nacional: a permanência do regime militar ilegítimo e incapaz em Brasília.

A crise portanto é do tamanho do Brasil, até maior: internacional. Só será superada com uma mobilização de proporções nacionais que apele os donos atuais do poder.

O próprio Montoro pare-

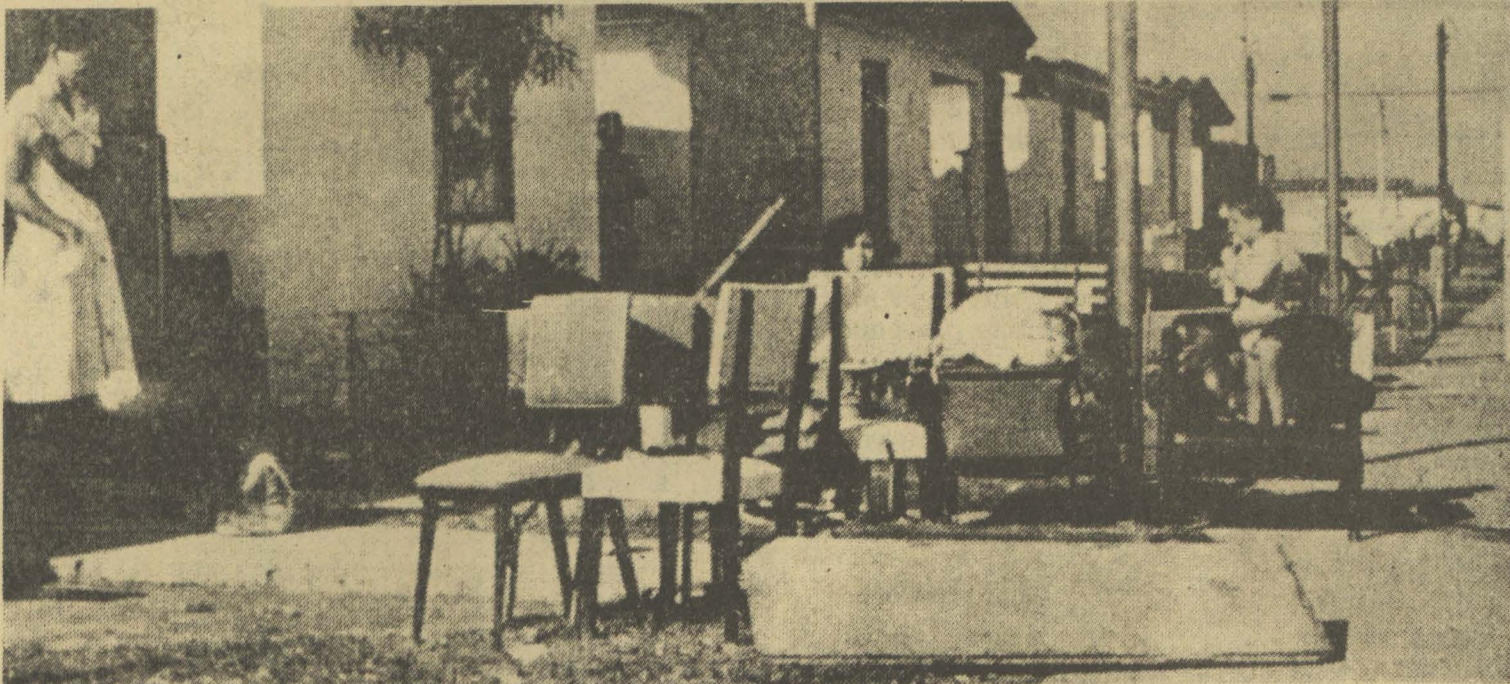
cia se dar conta disso, quando lançou em julho seus "Cinco pontos contra a crise": eleições diretas para presidente da República; fim da recessão e do desemprego; novo tratamento da dívida externa; reforma tributária; e mobilização dos recursos públicos para as prioridades sociais — todas questões de dimensão nacional. Já a campanha "São Paulo é maior que a crise" contradiz essa visão, contradiz a realidade e portanto não tem como convencer os paulistas.

PM desaloja com violência ocupantes do Flor do Vale

Centenas de policiais armados e acompanhados por ferozes cães invadiram o Residencial Flor do Vale, na cidade de Tremembé, na madrugada do dia 30, para desalojar pacíficas famílias de trabalhadores. Apesar da violência indiscriminada da PM, até à noite do dia 31 o povo ainda resistia e permanência no local.

As quase quatrocentas famílias que haviam ocupado as casas abandonadas do Residencial Flor do Vale, no interior paulista, já esperavam por essa tentativa de desocupação. Quinze dias antes surgiu uma falsa notícia de desocupação e em cinco minutos os moradores levantaram barricadas com canos de esgoto, arame farpado e faixas de um lado a outro da rua. Desta vez os policiais chegaram de madrugada e encontraram os ocupantes dormindo.

Os 400 policiais chegaram em vários caminhões e imediatamente foram arrombando as portas a pontapés e colocando os móveis nas ruas. As lideranças dos moradores foram as primeiras a serem desalojadas e algumas foram presas. Muitas mulheres corajosamente se atiraram contra os policiais para evitar a prisão de suas companheiras. Uma delas até fraturou o braço nessa lu-



Com as casas lacradas, moradores permanecem com seus móveis na rua após o despejo

ta. Surgiu a notícia, não confirmada, de que uma moradora tinha sido espancada e morreu a caminho do hospital, fato que deixou os moradores com os ânimos mais exaltados.

RESISTÊNCIA

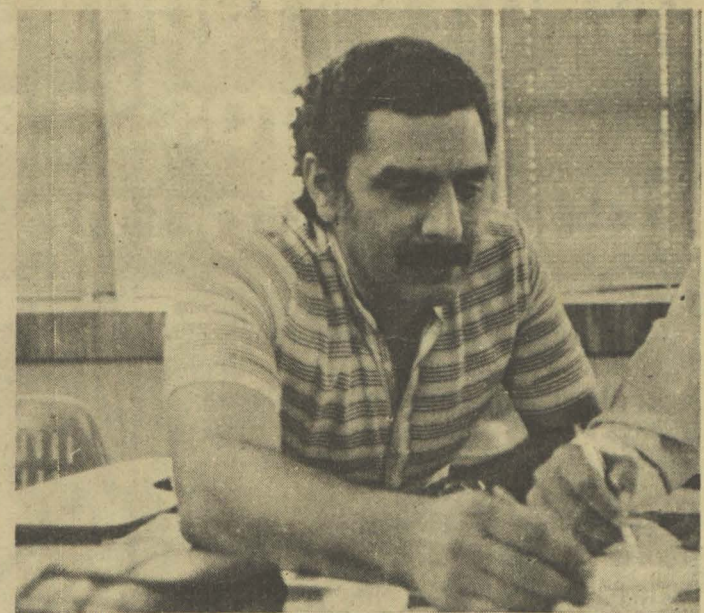
Apesar da violência e do cerco ao local, os moradores não se intimidaram e resistiram até as 23:00 hs do dia 31, quando foram finalmente desalojados. As cenas eram dramáticas. Enquanto os oficiais de justiça removiam os móveis da casa de Maria de Oliveira, ela pedia chorando: "Moço, não faz isso comigo, eu não tenho para onde ir. Que vamos fazer? Onde vamos morar?"

A União de Construtores, que se dizia dona das casas abandonadas há seis anos, entrou há mais de um mês com uma ação de reintegração de posse. No dia do despejo dez oficiais de Justiça acompanharam a ação dos policiais lacrando as casas desocupadas, enquanto seus moradores, com mulheres e crianças, permaneciam ao relento debaixo de um sol abrasador. Valdir, presidente da Comissão que orientava os ocupantes, foi agredido por 15 PMs, que queriam levá-lo à força para a Delegacia.

Ninguém podia entrar ou sair do Flor do Vale sem que fosse revistado ou identificado. Rubens Ianelli,

correspondente da Tribuna Operária, juntamente com Lúcia, tesoureira da Comissão, foram detidos pela Polícia Rodoviária Estadual. No dia 31 os deputados do PMDB, Benedito Cintra e Ruth Escobar foram prestar seu apoio às famílias desalojadas.

Durante os dois primeiros dias o pessoal resistiu passando a noite desabrigado. Outros voltavam com berço e fogão para dentro das casas. A indignação destas famílias é muito grande contra as autoridades que, ao invés de oferecer trabalho e moradia ao povo, enviam um aparato bélico para jogá-los na rua. (da sucursal de Taubaté)



Jamil: "ficaram alheios às consequências da divisão"

Desde quando quem luta pela união é f.d.p.?

"Estes f.d.p. ainda vem aqui pregar unidade". Segundo José Neves, presidente do Sindicato dos Comerciantes do Distrito Federal, estas palavras foram proferidas por Lula, irritado com um grupo de sindicalistas de Brasília que distribuía um manifesto criticando a estreiteza do Congresso de São Bernardo e conclamando à reunificação do movimento sindical.

A irritação de Lula espelha bem o nível das discussões no Congresso, onde um verdadeiro rolo compressor intimidou vários sindicalistas que, preocupados com a divisão no movimento sindical, nada falam.

Neves e mais os dirigentes de 14 entidades sindicais do Distrito Federal chegaram a elaborar um manifesto para expressar esta apreensão, mas quase foram impedidos de divulgá-las. "O Lula e o Jacó se encarregaram de armar um esquema de repressão para evitar a distribuição da nota".

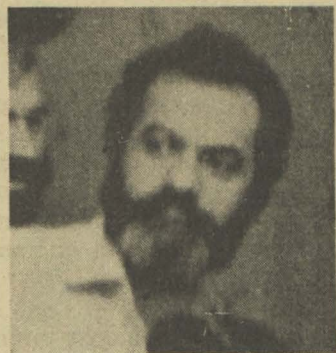
Na porta do Comitê de Imprensa o Lula leu a nota, rasgou-a e ainda disse a um companheiro: "Esses f.d.p. ainda vêm aqui pregar a unidade". Depois o Jacó mandou prender a nota. Só que a gente chiu muito e eles tiveram que liberar, senão ficava pior para eles".

O manifesto aborda um ponto que devia estar na cabeça de inúmeros dirigentes e delegados sindicais: "Este Conclat, — diz — embora expressivo, não conta com a participação suficientemente representativa da classe operária (cerca de 15%). Ao mesmo tempo em que deixa de incorporar alguns setores importantes do movimento sindical. Deve-se, portanto, caminhar com prudência a nível da criação neste Congresso de uma CUT".

"NÃO FOI UNITÁRIO"

Outro que ergueu sua voz para criticar o divisionismo foi Jamil Murad, membro da Executiva da Pró-CUT Nacional, que participou do encontro como observador. Suas palavras em defesa da unidade do movimento sindical quase não foram ouvidas devido às vaias dos trotskistas.

José Neves, que também é membro da Pró-CUT Nacional, é taxativo ao afirmar: "Não adianta ficar inventando; este não foi um Conclat unitário. Foi mais um encontro sindical de um partido político. A CUT que os trabalhadores e o movimento sindical atuante anseiam não tem nada a ver com o que foi criado em São Bernardo. Aquilo é uma deformação que só aprofunda a divisão e serve aos interesses dos financiadores do exterior. Esta central não tem poder, autoridade e legitimidade e por isso terá um folego curto. Em Brasília, por exemplo, a



Joel: "Conclat de uma ala"

diretoria eleita não tem peso algum. Na luta maior que os trabalhadores estão travando contra o 2.045 essa CUT não vai dar direção. Pode é atrapalhar. É isso que nós temos que impedir. Não podemos deixar o racha inviabilizar as nossas batalhas, estragar as intersindicais já construídas", conclui Neves.

"QUEREM TOMAR POSSE"

A linha de raciocínio de Jamil Murad vai no mesmo sentido. "O encontro de São Bernardo teve todas as características de um congresso da Anampus. Representou uma parte do movimento sindical e foi sectário, ficando alheio às consequências da divisão. Principalmente na disputa pelo poder, na hora de eleger a direção da central, eles demonstraram a vontade de tomar posse do movimento sindical. Acreditamos que esta concepção vai acabar levando-os ao atrofamento, vão transformar a tal central numa seita".

Muitos sindicalistas que não foram a São Bernardo e mesmo muitos os que lá foram para defender a unidade, como eu, não vão simplesmente aderir, servir de massa de manobra. Vamos continuar a batalha com todas as energias para reunificação do movimento sindical. O importante agora é manter as intersindicais nos Estados. Elas foram eleitas de baixo para cima, democraticamente, nos Enclats e Ceclats e tem todo o poder e o dever de manterem unitárias.

CONTRA A DIVISÃO

Joel Alves de Oliveira, presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo e membro da Pró-CUT Estadual, se diz indignado: "O que se viu em São Bernardo foi o congresso de uma parcela do movimento sindical. Parcela atuante mas que não representa o conjunto do movimento. Não posso admitir que os que ficaram de fora sejam todos pelegos, isto é uma visão equivocada. Há muita gente de luta que não concordou com o congresso".

"Somos contra a divisão e vamos batalhar para que nos Estados a luta continue de forma unitária. Não vamos aceitar manobras no sentido de dividir as intersindicais. As comissões estaduais devem ser preservadas, se racharem vai ser o caos. Só outros congressos e encontros estaduais, convocados de forma unitária, poderiam destituir os que foram eleitos pela direção das intersindicais estaduais".

Indústria paulista corta 100 mil vagas

Mais de 100 mil empregos foram eliminados na indústria paulista, nos primeiros 7 meses e 21 dias de 1983. A recessão, que já dura três anos, dá mostras de crueldade. Só em 1983 o número de vagas destruídas já é o triplo do que sucedeu em 1982. Na Volkswagen prepara-se uma leva de demissões, que já está em 700 vagas mas pode atingir 7.000!

As estatísticas são da FIESP, entidade patronal da indústria paulista. Do total de 2 milhões de empregos existentes no final de 1980, foram eliminados quase 500 mil. Não se trata mais de um período de queda na produção, mas de uma verdadeira destruição do parque industrial. É um processo prolongado que está se agravando. Vivemos a maior recessão de toda a história da indústria nacional. São Paulo, que é responsável por 60% do produto industrial do país, é um exemplo vivo disso.

Em apenas três semanas de agosto, com uma queda acumulada da produção neste ano acima de 6%, foram destruídas 6.250 vagas na indústria de transformação paulista.

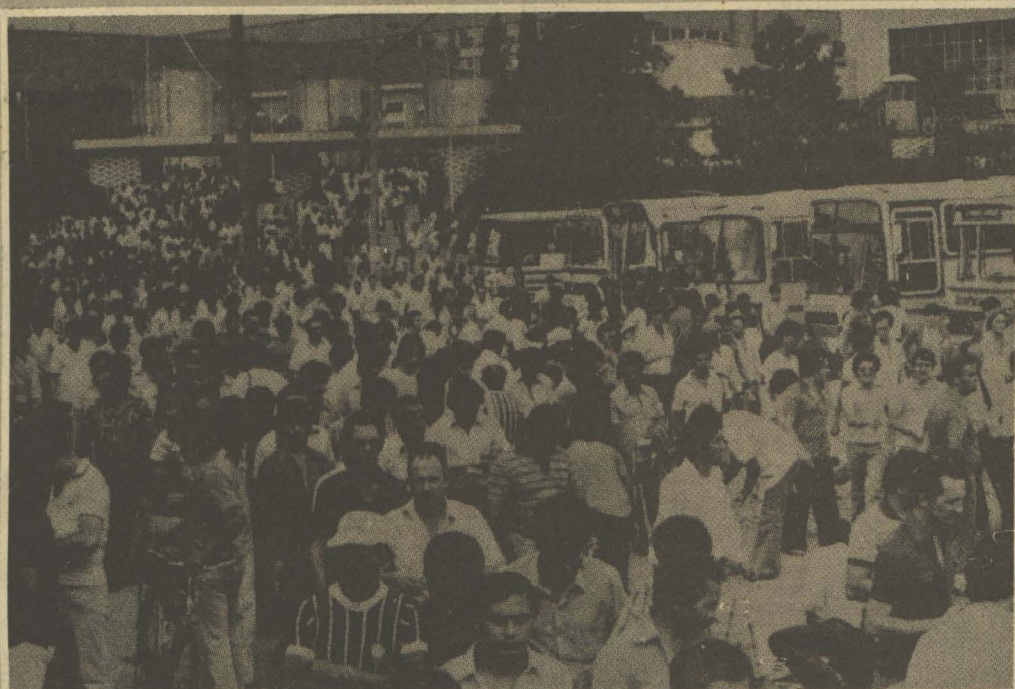
Dois fatores vêm agravar o último trimestre do ano: o violento corte nas importações, que já está paralisando a indústria de massas e pães, fertilizantes e várias outras. E o famigerado decreto 2.045, que deverá afetar violentamente as compras das festas de fim de ano.

Volks prepara demissões em massa

A Volkswagen prepara nova leva de demissões: é o "Pacote Bico de Aço", como os operários estão chamando. Fala-se em 7 mil demissões. O processo começou com demissões "voluntárias" de aposentados, mas se estendeu ao conjunto. Como "vantagens" a Volks oferece alguns salários para indenização, migalhas que o vento da carestia leva em poucos meses.

Conversando com operários da Volks sentimos o clima de tensão. Donizete nos declarou: "Soube que até o dia 26 cerca de 700 pediram para sair, e que em setembro começam as demissões sumárias. Está todo mundo preocupado. Ouvi falar no rádio que seriam 7 mil os demitidos. Alguns setores dão uma 'prensa': ou aceita ser 'voluntário' ou será demitido."

Outro operário, do setor 1374, que preferiu não se identificar, queixa-se de que "a chefia já comunicou que serão 12 mil demissões, e o Sindicato até agora não apareceu aqui para nos esclarecer. A fábrica está forçando excesso de produção. Tem gente, na linha de produção, com excesso de trabalho, e ao mesmo tempo há redu-



Na maior indústria do País, a expectativa fúnebre de mais uma série de demissões.

ção de pessoas, pra dizer que tem operário ocioso".

FALSAS VANTAGENS

Um funcionário do setor 1299 explica por que não aceita ser "voluntário" para a demissão: "A empresa dá 5, 6 salários a mais. Acontece que em poucos meses o dinheiro acaba, e daí? Como é que vai ficar? Arranjar emprego está difícil..."

Vanderlei e José, da CIPA denunciaram: "Colocaram o Pacote das demissões no quadro de avisos e há pressões da chefia. A em-

presa fez uma lista negra, encabeçada pelos ativistas sindicais. Chega para esse pessoal e fala — 'aproveita o pacote, que no fim do ano...' Se o cara resiste, a firma joga o cara de um setor para outro. Como operário não é peteca, estoura." Na opinião de Agostinho, da Comissão dos Trabalhadores: "A lista de 'voluntários' está com poucas adesões, e a gente vê que a Volks está forçando o pessoal. A Comissão recomenda aos trabalhadores que não aceitem o pacote, porque ele não é bom."

A luta das mulheres da seca contra a fome

Nos últimos dias aumentou enormemente a participação das mulheres nas invasões de flagelados nas cidades do interior do Ceará. Em Pacajus, por exemplo, em menos de uma semana houve duas grandes concentrações de mulheres, que invadiram a prefeitura em busca de comida e alistamento nas frentes de trabalho.

Pacajus fica a 70 quilômetros de Fortaleza e só em agosto já houve três invasões de flagelados, duas delas com presença maciça de mu-



Mulheres de Massapê foram às ruas protestar contra a fome

lheres. A última, dia 31 de agosto, reuniu mais de duas mil pessoas — 80% de mulheres — que foram até a prefeitura exigir comida e alistamento nas frentes de trabalho, conhecido por bolsões da seca. O prefeito, que uma semana antes as havia chamado de "vagabundas" e mandou prender duas lideranças, desta vez fugiu, deixando em seu lugar o irmão Expedito Chaves.

Com a mesma prepotência do seu irmão, Expedito ao falar com as manifestantes, abriu as calças, botou os órgãos genitais para fora e disse que se elas estivessem com fome podiam comer. Dali as mulheres foram ao Centro Administrativo da Prefeitura à procura de alimentos, sendo violentamente reprimidas pela PM. Uma delas teve o braço quebrado, mas reagiram com pedradas.

Dacione Barreto, presidenta do Centro Popular da Mulher de Fortaleza, e Terezinha Braga, diretora do Sindicato dos Médicos, que haviam participado da manifestação das mulheres, foram sequestradas

pelo DOPS quando voltavam para a capital. Enquanto isso as manifestantes permaneceram organizadas à noite na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, esperando que o prefeito cumpria a promessa de alistá-las na frente a partir de 1º de setembro.

Maria Ursula, mãe de 10 filhos, só o marido trabalha na Frente e ganha Cr\$ 15.300,00 por mês, fala exaltada: "Não sei como enganar mais os meninos que choram com fome". Uma outra dizia: "Entre morrer de fome e morrer na briga, é melhor morrer na briga". As camponesas já formaram uma Associação de Mulheres e em outras cidades como Sobral, Ipuera, Iguatu, Maranguape elas também estão se organizando.

No dia 25 de agosto cerca de mil mulheres também invadiram a cidade de Massapê em busca de emprego e comida. Conseguiram receber uma feira para três dias e a promessa de 400 vagas no Bolsa da Seca a partir de 1º de setembro. (das sucursais de Fortaleza e Sobral)

Como foi o Conclat-S. Bernardo

Nos dias 26, 27 e 28 o PT viveu um sonho embriagador: teve uma hegemonia de cerca de 90% num Congresso da Classe Trabalhadora, em São Bernardo. Dali saiu uma CUT que espelha essa hegemonia artificial. E o movimento sindical ficou dividido, entra a facção do Conclat-São Bernardo e a facção do Conclat-Praia Grande, marcada para novembro.

A porcentagem de 90% foi apurada pela equipe do *Jornal do Conclat*, que fez uma enquete entre os 5.265 delegados credenciados, perguntando: "Nas últimas eleições em que partido você votou?"

O resultado da pesquisa não foi publicado. E Lula, que pronunciou o discurso final do Congresso, afirmou exatamente o contrário: "Eu peço a Deus que um dia a gente possa ter tanto trabalhador dentro do PT para fazer um Conclat em que a maioria absoluta seja do Partido dos Trabalhadores" — disse Lula. Mas nesse ponto foi interrompido por uma tempestade de palmas, que, sem querer, desmentiam suas palavras.

BANCADAS ARTIFICIAIS
O número de delegados foi expressivo, em parte devido ao anseio dos trabalhadores, de se reunirem para tratar seus problemas cruciantes e criarem sua Central Única. Mas em grande medida esta representação foi inchada pelo uso dos dólares da Anamp, que financiaram de 2 a 3 mil delegados (ver artigo ao lado). Resultaram daí bancadas artificiais.

Das 363 bancadas de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, "cerca de cem foram tiradas em assembleias de base sem que o sindicato con-



A votação da "CUT": ganhou no plenário mas dançou no acordo...

cordasse" — admitiu Gilmar Carneiro, um dos promotores do Congresso. Pernambuco, bastião do sindicalismo rural, que prepara este mês sua terceira greve geral de canavieiros desde 1980, compareceu com apenas oito delegados, nenhum deles autorizado pelo Sindicato de sua área.

POUCOS OPERÁRIOS
Dos 3.601 delegados urbanos, segundo informações colhidas na secretaria, 60% pertenciam a categorias de prestação de serviços; 27% a categorias de profissionais liberais; e apenas 13% a categorias de operários da produção. Almerico, do Sindiquímica da Bahia, comentou: "Na comissão 2, de 25 oradores que falaram da greve geral, só um era operário. Estou sentindo falta aqui dos meus companheiros de classe!"

Vários sindicatos operários de peso compareceram mais como observadores. Foi o caso dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco, Guarulhos e Taubaté. "Este Conclat não representa todo o movimento

sindical, mais parece uma convenção de partido" — comentou Edmilson, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. Este setor desaprovou, embora em silêncio, a formação da CUT no Congresso.

Os promotores do Conclat-São Bernardo destacaram a presença ali de 48 dos 63 membros da Comissão Nacional Pró-CUT. A afirmação não corresponde aos fatos, já que para se chegar aos 48 presentes contou-se também os suplentes da Pró-CUT, e nesse caso o total seria de 126. Contando-se apenas os membros efetivos, havia 29 presentes e 34 ausentes.

UM CONGRESSO SECTÁRIO

Nesse quadro, o Conclat-São Bernardo marcou-se pela preocupação de formar uma corrente própria, sem ligar para a unidade. Ao final, Jacó Bittar, indagado sobre se a formação da CUT ajudava a unidade, abriu o jogo: "Que unidade? Nós temos é que ocupar espaço e fazer concre-

tizar a nossa concepção sindical. A unidade está aqui dentro e só". É certo que nem todos, mesmo entre os sindicalistas que passaram a compor a CUT-São Bernardo, partilham dessa visão. Paulo Paim, coordenador da Coordenação Estadual dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, foi mais cauteloso: "Saiu uma CUT aberta e com o tempo a gente vai conseguir a unidade, possivelmente num próximo congresso no ano que vem".

Estas opiniões, porém, praticamente não se fizeram ouvir. A corrente petista agiu como um rolo compressor. Os poucos que ousaram afrontar essa maioria tão arrogante quanto artificial foram tratados com métodos nada democráticos (ver artigo na página 4).

Apesar de estribar sua legitimidade, matreiramente, nos Enclats e Ceclats realizados nos Estados antes da divisão se declarar, o Conclat-São Bernardo começou justamente por declarar revogadas as decisões e indicações dos Enclats e Ceclats. No debate político, destacou-se a pobreza, já que as posições do PT estavam de antemão vitoriosas. Quanto à greve geral, ficou com a data em aberto, basicamente devido ao pouco peso operário do Congresso.

A LUTA PELO PODER
O "consenso" só se desfez uma única vez, na hora de repartir os cargos da CUT criada por unanimidade momentos antes. Uma ala, liderada por José Novaes e Jacó Bittar, apresentou-se defendendo uma diretoria estruturada, com presidente, vice, etc. E outra, tendo Jair Meneguelli como defensor, insistiu num colegiado sem cargos definidos. Por trás da disputa, evidenciava-se a luta entre grupos do PT, pela hegemonia na CUT.

Na votação o plenário dividiu-se quase ao meio, com ligeira vantagem para a ala de Novaes e Bittar, inexpressiva em termos de peso sindical, porém a mais favorecida pelos dólares da Anamp. E teria se criado um impasse se a plenária não fosse suspensa até os dois grupos chegarem a um acordo de bastidores, aumentando de cinco para sete os cargos na Executiva da Central, para tentar acomodar as facções em disputa.

O Conclat-São Bernardo, ponto culminante do esforço petista-anampista para criar uma Central sindical própria, foi também o ponto de partida para sua decadência. Tende a perder força. Os anampistas mais extremados não saíram contentes. E muito menos os sindicalistas independentes que, mesmo participando do Congresso, mantinham e mantêm reservas quanto ao rumo que se tomou ali. A unidade dos trabalhadores e a causa da verdadeira Central Única saíram golpeadas, mas ainda não de triunfar.



Lula (ao microfone) e Bittar: uma inexplicável diferença de 76 mil dólares.

Dólares da Anamp, história mal contada

O "Caso dos Dólares da Anamp", denunciado pela *Tribuna Operária*, continua a render. Numa coletiva de imprensa dia 27 em São Bernardo, Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra e Ave-lino Ganzer garantiram que só receberam 26 mil dólares de fora. Mas 24 horas depois o tesoureiro da Anamp, Devanir Ribeiro, dizia à TO que foram "cerca de 100 mil dólares".

Na entrevista coletiva, realizada em clima tenso, com mais de 40 jornalistas, os dirigentes da Anamp mostraram-se visivelmente nervosos e irritados. E insistiram na cifra de 26 mil dólares.

"Olha — afirmou Jacó Bittar — o que eu posso dizer, pela quantidade de dinheiro que veio e pelo Conclat realizado — tá certo? — é que 26 mil dólares é insignificante para você ter quase 6 mil trabalhadores como delegados aqui. Então, tudo que se levantava era uma acusação falsa, era um pretexto exatamente para não estar participando".

2 a 3 mil delegados financiados a dólar

Outra, porém, é a versão de Devanir Ribeiro, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, presidente do PT de São Paulo e tesoureiro da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais - a Anamp:

TO: Devanir, quem deu o dinheiro?
Devanir: Centrais sindicais europeias, outras agências, que financiam um monte de coisas neste país aqui...

TO: Foi mais de uma fonte?
Devanir: Foi mais! Um monte. Uma de dez, outra deu vinte...

TO: No total quanto é que deu?

Devanir: Por volta de 100 mil dólares.

TO: Você poderia citar algumas dessas fontes pelo nome?

Devanir: Tem a Ciosl. Eu não me lembro, assim. Tem várias centrais. Da Europa quase todas ajudaram. Só não teve dinheiro dos Estados Unidos.

TO: Agora me explica uma coisa: ontem foi insistentemente perguntado de onde vem o dinheiro. E o Bittar, principalmente, fez um grande mistério. Você acha que se justifica fazer mistério em volta disso?

Devanir: Acho que não. Acho que nós temos que assumir. Porque todas essas agências, essas centrais, elas financiam um monte de movimentos no Brasil, um monte de sindicatos, um monte de cursos. Tem algumas que financiam até alguns ajuntamentos de esquerda no Brasil.

TO: Essa ajuda significa que a Anamp se identifica com a Ciosl?

Devanir: Olha, rapaz, a gente se identifica com todos aqueles que queiram ajudar o movimento sindical brasileiro a avançar. Não interessa essa crítica de que é social-democrata, é social-não-sei-o-que-lá.

TO: Quantos delegados vieram para cá financiados com esse dinheiro?

Devanir: Olha, aí eu não tenho, de cabeça eu não tenho. Aqui tem 5 mil e poucos delegados. Ao que me parece deve ter por volta de uns 2 ou 3 mil financiados.

TO: Financiados com esse dinheiro?

Devanir: Por esse dinheiro.

TO: Você não tem medo que esse dinheiro venha com segundas intenções?

Devanir: Eu acho que não. A coisa não é escondida, ela é clara. A gente é obrigado a prestar conta de aonde nós gastamos. Só. A posição política independente.

TO: E você não acha que a Anamp deveria prestar contas também aos trabalhadores e à opinião pública, de quem mandou e quanto?

Devanir: Nós vamos prestar contas, principalmente para as entidades que vieram para cá. O dinheiro vem através do Banco Central...

TO: Vem em nome da Anamp?

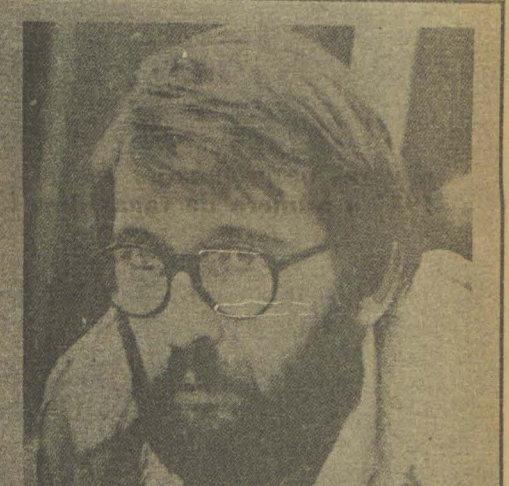
Devanir: Vem em meu nome e em nome da Anamp.

108 milhões não é tão insignificante assim.

Pelo câmbio livre atual cem mil dólares equivalem a 108 milhões de cruzei-

ros, mais de 3 mil salários mínimos. E se os coordenadores da Anamp negaram-se a dizer quem forneceu o dinheiro, Devanir revelou algumas fontes: por exemplo a Ciosl (Confederação Internacional de Organizações Sindicais "Livres"), formada pela reacionária central americana AFL e pelas centrais social-democratas da Europa, que romperam em 1949 com a FSM (Federação Sindical Mundial).

No fim da coletiva, Lula, irritado, expressou assim seu enfoque do "caso dos dólares": "Olha, o negócio é o seguinte: nós vamos continuar enviando projeto, agora mais do que nunca, agora que cinco sindicatos combativos estão sob intervenção. Nós vamos continuar mandando, sabe? E fazendo força para que venha não esse dinheiro, mas muito dinheiro, para ajudar esse pessoal". (Bernardo Joffily)



Soler: "Ninguém investe sem interesse"

"Não queremos esses dólares"

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo é uma das cinco entidades combativas sob intervenção a que Lula se referiu na entrevista coletiva para justificar o recebimento de dólares do exterior. Mas não há consenso na diretoria deste Sindicato quanto à utilização de dólares para sustentá-lo. Quem afirma isto é Paulo Soler, secretário-geral da entidade, entrevistado pela *Tribuna Operária*.

"Sou contra o envio dos dólares. Que essas centrais sindicais do exterior apliquem este dinheiro para promover a libertação da classe operária de seus países, coisa que nunca fizeram — ao contrário, sempre traíram os trabalhadores. Ninguém investe dinheiro se não tiver interesse no retorno. E tenho certeza que o interesse destas centrais não é o de fortalecer o sindicalismo brasileiro, mas sim dividi-lo, enfraquecê-lo neste momento de crise e possibilidades de grandes convulsões."

"Quem tem que sustentar as entidades sob intervenção são os próprios trabalhadores. Devem entender que o regime militar mais uma vez feriu a autonomia e liberdade sindicais e que são eles que devem se contrapor a esta atitude autoritária. Não descartamos a solidariedade internacional e interna, ao contrário. Mas achamos que o móvel fundamental para a sustentação destas entidades não pode ser o dinheiro do exterior."

"É um equívoco do Lula querer justificar o recebimento dos dólares falando em aplicá-los nestas entidades. O dinheiro fácil levaria a acomodação, a ilusão, como ocorreu no Congresso em São Bernardo onde os dólares possibilitaram chegar a resoluções que desconhecem a nossa realidade sindical. A greve geral do dia 21, tão próxima da gente, mostrou a importância da unidade de ação. E o congresso, tão ajudado pelos dólares, descartou a possibilidade de unidade."



Os membros da coordenação da CUT-São Bernardo: "Unidade aqui e só"

A tarefa agora é reunificar o movimento na luta de massas

O Congresso de São Bernardo confirmou as expectativas mais pessimistas sobre a disposição dos petistas-anampistas de cristalizar a divisão do movimento sindical. A reunião foi um momento de afirmação do divisionismo e pluralismo sindical. Pelo seu desenvolvimento, pelas propostas aprovadas e pela criação de uma central sindical grupista.

Realizada num clima de aparente unidade, a acirrada disputa pela direção do movimento entre anampistas e outros petistas jogou por terra a encenação de consulta às bases. A votação em plenário foi substituída pelos conchavos de cúpula. Os encontros estaduais, que indicaram democraticamente os representantes da futura CUT, foram desrespeitados, substituídos por indicações na própria reunião. A escolha de delegados com base nas entidades sindicais foi substituída por manipulações de assembleias, custeadas por dólares da social-democracia e acoitadas

por setores da igreja.

O ímpeto divisionista dessa corrente tentará se espalhar pelo país, no rumo contrário das decisões unitárias dos Enclats e Ceclats. Pequenos grupos foram indicados no Congresso para implantar sucursais divisionistas nos Estados, até março de 1984.

REUNIFICAR O MOVIMENTO

Acontece que em quase todos os Estados foram eleitas direções intersindicais em Enclats unitários, com participação de todas as correntes atuantes. Na grande maioria estas intersindicais, legiti-

mamente eleitas, se posicionaram contra o divisionismo e não vieram a São Bernardo. É necessário preservar essas direções e com base nelas recomençar o trabalho de unificação da luta sindical.

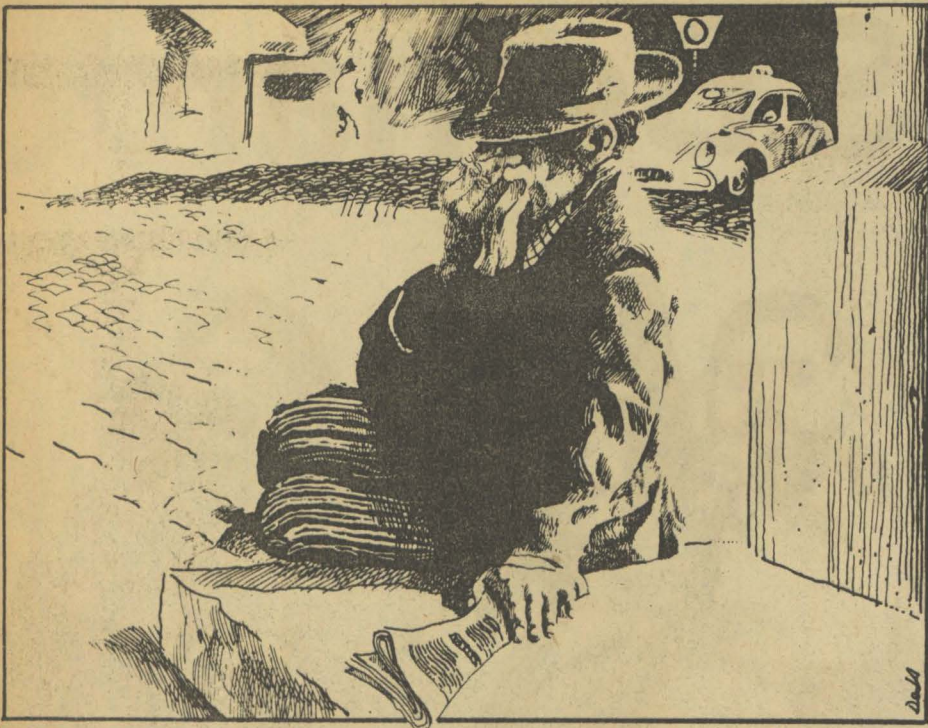
De imediato elas devem tomar em suas mãos a batalha contra o decreto 2.045, trocando informações e planejando as formas de luta. Além de ações em seus respectivos Estados, deverão se preocupar com ações de cunho nacional — pressão sobre os parlamentares em Brasília e outras formas de luta.

A ação unitária e ampla do movimento sindical é uma necessidade imperiosa do momento. Ela será uma poderosa alavanca do movimento operário e popular no sentido de barrar o arrocho e o desemprego. Jogará importante papel no sentido de intervir nos rumos da crise que es-

tamos vivendo, procurando dar uma saída popular e democrática. Evitará que, divididos, os operários e demais trabalhadores fiquem ao sabor das injunções políticas da burguesia, que procura uma saída onde a componente operária-popular tenha papel de mero auxiliar, massa de manobra.

CONTRA O REGIME

Nenhum sacrifício será demasiado na busca dessa unificação, que deve ter como objetivo a luta pela imediata substituição do regime militar e seus sustentáculos. Com isso estarão criadas as condições para uma ação sindical realmente democrática e representativa, desvinculada do Ministério e do peleguismo, mas também da manipulação da social-democracia européia através dos testas-de-ferro petistas-anampistas. (R. Freitas)



Desempregados fazem protesto em Guarulhos

Nesses últimos dias, o Comitê de Luta Contra o Desemprego distribuiu nas praças, portas de fábricas, pontos de ônibus e bairros mais de 5 mil panfletos com as reivindicações do Comitê.

No dia 22, às 10 horas, na Praça Getúlio Vargas, o Comitê fez novo ato de protesto contra o desemprego, que atinge milhões de brasileiros, apesar da ação da Polícia Federal, que durante a semana apreendeu a faixa por salário desemprego, os folhetos reivindicatórios do Comitê e ameaçou de prisão os quatro dirigentes do Comitê. Mesmo com a presença ostensiva da Polícia Federal na praça no dia 22, o Comitê fez o ato, que contou com a participação de um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e três vereadores do PMDB e do PT.

Os oradores em geral insistiram nos seguintes pontos: 1 - O problema do desemprego não é só de Guarulhos, mas de todo o povo brasileiro,

e a responsabilidade é da política econômica do regime militar e das imposições do FMI; 2 - Só em Guarulhos entre 1982 e 1983 surgiram 17 mil metalúrgicos desempregados; 3 - O problema atinge os empregados, pois cada vez mais se perde a estabilidade no emprego; 4 - interessa a todos, desempregados e empregados, conquistar o salário-desemprego; 5 - a campanha nacional em favor da reforma agrária tem muito a ver com nossa luta contra o desemprego; 6 - a greve geral do dia 21 foi um importante embate político que fortaleceu a luta contra o desemprego; 7 - impõe-se o fim do regime militar, principal responsável pelo desemprego dos trabalhadores da cidade e do campo.

No final do ato convocou-se uma reunião para o dia 29 para organizar um plano de trabalho. (Comitê de Luta Contra o Desemprego - Guarulhos - SP).

População do Baixo Roger consegue água

Uma comissão de moradores do Baixo Roger, tendo à frente a dona Maria, entregou ao prefeito da capital um abaixo-assinado com cerca de 400 assinaturas, conseguindo a reabertura da cacimba da rua Salvador de Albuquerque. O prefeito, atendendo a um legítimo direito do povo do Baixo Roger, mandou que fosse reaberta a cacimba. Assim, mais uma vez, graças à união e organização do povo do Baixo Roger, conseguimos vencer mais uma luta. Apesar disso, companheiros, a luta do povo por seus legítimos direitos não pode parar.

Há muitos problemas no Baixo Roger, como: iluminação para a Gouveia Nóbrega; calçamento das ruas Perilo de Oliveira, Mestre Azevedo, Gênese de Andrade, 19 de Março e Favela do "S"; mais e melhores ônibus; melhores condições de lazer para o povo do Baixo Roger; passarela e calçamento para a rua Silva Ramos.

Se em bairros como o dos Estados, Manaíra e Tambaúzinho os seus

moradores recebem atenção das autoridades competentes, o povo do Baixo Roger, que paga seus impostos e taxas em dia, merece melhor tratamento. Para isto, só com a união da nossa comunidade encontraremos soluções para nossos problemas.

Não será o oportunismo de demagogos e políticos que fará caminhar a nossa comunidade. Onde estavam eles quando a favela do "S" ficou cinco anos sem água? Onde estavam eles quando o povo da Salvador de Albuquerque não tinha aberto a sua cacimba? Só agora quando o povo do Baixo Roger resolve caminhar com suas próprias pernas é que mais indivíduos procuram aparecer. Um deles inclusive um dia mandou o povo da favela do "S" beber água no inferno!

Então, moradores do Baixo Roger, é preciso entender de uma vez que só o povo unido conseguirá o que é de direito. (Morador do Baixo Roger - João Pessoa, Paraíba)

Frigorífico Bordon tem altos lucros mas demite operários

A Bordon é um dos maiores frigoríficos do país. Em apenas uma unidade trabalham 5 mil operários. Em sua maioria são vindos do interior do país, sem especialização. Por isso a falta de experiência dificulta a organização.

Mas depois que alguns companheiros da **Tribuna Operária** começaram a vir na porta da fábrica toda semana, começamos a ver os nossos direitos e a mobilizar os demais companheiros. Na greve de 21 de julho, por exemplo, conseguimos parar mais de 70% da fábrica.

Nossa luta, que teve um bom começo, tem que se intensificar diante de tantas injustiças. Por lei, uma firma com mais de 200 operários tem que ter restaurante, o que não acontece aqui. Os operários comem pão com banana na hora do almoço.

Outra irregularidade é que não há relógios de ponto suficientes para a quantidade de operários. A firma desconta meia hora por dia do salário se alguém empurrar ou esbarrar em outro companheiro!

Além do salário baixo, a rotatividade é constante. Logo após a greve de 21 de julho o facão começou

a comer solto. Sabemos que a Bordon não está em crise. A própria assessoria de imprensa declarou que a empresa registrou novo recorde no abate de bovinos, atingindo 110.088 cabeças no último mês e exportou 85 bilhões no ano passado. Será que uma empresa que recebe subsídios do governo federal para estocar carne congelada e que tem uma produção tão grande precisa demitir?

Para completar, fala-se que o odiado ministro Delfim Netto entrou em sociedade com Orlando Zancaner, dono da Bordon, e adquiriu uma fazenda na região de Penapólis, São Paulo, com milhares de cabeças de gado com a marca registrada da Bordon.

Nesta grande luta que precisamos travar contra o governo antipovo e contra os patrões, infelizmente não contamos com o Sindicato a nosso favor, já que ele tem um sócio da fábrica na diretoria. Agora começamos a compreender que precisamos lutar por um governo que represente os interesses do povo e não do FMI. (Operários da Bordon - São Paulo, SP)

O diretor do Materno Infantil é um ditador

No Hospital Materno Infantil trabalham aproximadamente 400 pessoas, a grande maioria recebendo um salário de fome. Um funcionário que trabalha há mais de 22 anos na área de saúde tem de andar mais de 10 quilômetros a pé para chegar ao serviço, porque não sobra dinheiro para o ônibus. Os seus filhos têm que viver se alimentando com mingau de farinha.

A situação das enfermeiras não é diferente. Elas vivem revoltadas com as condições de trabalho. O diretor técnico do hospital, Dr. Carlos Magno, é um verdadeiro ditador. Maltrata todo mundo e age como se tivesse o rei na barriga. Um abaixo-assinado foi feito pelas enfermeiras para tirá-lo do cargo, mas nenhuma providência foi tomada. Pelo contrário, os funcionários que assinaram o abaixo-assinado estão sendo ameaçados de demissão ou de serem transferidos para outras áreas.

Há poucos dias houve aumento salarial, mas só para as enfermeiras-chefes. As auxiliares, muitas trabalhando há mais de 10

anos, continuam recebendo o seu míngua salário mínimo.

O hospital funciona precariamente. Não tem medicamentos para atender os pacientes. Faltam antibióticos e roupas para as crianças internadas e os colchões dos leitos não têm forro.

Dos 82 leitos existentes na pediatria, apenas 42 estão sendo utilizados. Na maternidade tem 52 leitos e apenas 26 estão ativos. Antes da posse do Dr. Milton Barbosa de Lima, diretor-geral do Materno Infantil, não existiam discriminações, todos os funcionários e médicos tomavam café no mesmo local.

Isso não pode mais acontecer! Nós votamos na oposição, votamos no PMDB para a coisa mudar. Assim não dá para continuar. Chega de salário de fome, chega de perseguição a funcionários! Chega de ditadura militar que entrega o nosso país para o estrangeiro e arrocha o salário do trabalhador! (Amiga da TO no Hospital Materno Infantil - Goiânia - GO)

Continuamos recebendo muitas cartas de operários que falam sobre as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia sob o chicote dos patrões. Convidamos estes companheiros a se pronunciarem sobre a atual situação do movimento sindical. Ao que parece, surgirão três "Centrais Únicas" dos Trabalhadores. Será que é isso que nossos leitores operários, camponeses e de outras categorias desejam? Apelamos a que nos escrevam sobre esta questão, de vital importância



fala o POVO

para o movimento sindical brasileiro, à beira da cisão.

(Olivia Rangel)

Na Polímeros quem atrasa 15 minutos perde quatro horas

Trabalhei numa firma do Pólo que se chama Central de Polímeros da Bahia, até há pouco tempo. Fui dispensado, como diversos colegas, por um ditador chamado Dr. Zaninni, um argentino.

O homem botou um regime ditador dentro da firma, passou a tomar conta de todos os departamentos. Tudo o que se faz tem que ter a assinatura dele. Se um funcionário chega 15 minutos atrasado, pode entrar para trabalhar, mas sofre um desconto de quatro horas no pagamento. Ele tem três supervisores que fazem

dos empregados cachorros. Eu ainda consegui um emprego em outra firma do Pólo, mas tenho colegas com mais de cinco filhos que estão na rua até hoje.

Ele nunca pergunta se o empregado pode ficar para fazer hora-extra. Obriga a ficar, sob ameaça de mandar embora. O pessoal vive um clima de tensão porque não sabe se no dia de amanhã ainda estará no emprego. Todos afirmam que ele é louco.

(Ex-empregado da Central de Polímeros - Salvador, Bahia).



Moradores de Presidente Prudente exigem a volta da passarela.

Povo de Presidente Prudente quer passagem de pedestre

Moradores da Vila Paulo Roberto, Jardim Brasília e vizinhos, em Presidente Prudente, realizaram um protesto às 14 hs, do dia 15 de julho passado, contra a atitude do sr. Vanderlei, diretor local da Fepasa, que mandou destruir uma passagem de pedestres construída pela Prefeitura Municipal a pedido dos moradores.

Uma semana antes da destruição da passagem, os moradores estiveram na Prefeitura, quando reivindicaram melhorias para o bairro, ocasião em que o prefeito garantiu à Comissão pró-Associação de Moradores que atenderia às reivindicações mais imediatas, de acordo com as disponibilidades da Prefeitura.

O sr. Vanderlei, alegando "razões de segurança", numa atitude flagrante de abuso de poder e desrespeito ao povo, mandou operários da empresa destruírem o calçamento da passagem que os moradores utilizavam há mais de dez anos, no meio do matão, para não terem que andar mais de dois quilômetros.

Mas como o povo não se curva diante de atitudes fascistas como esta, a disposição de luta dos moradores destes bairros continua e dá mostras da combatividade desta associação, que nasce no calor da luta por melhores dias e por uma sociedade mais justa onde a vontade do povo seja soberana. (Um leitor da TO em Presidente Prudente, São Paulo)



Na Serra do Mel os operários comem é fel

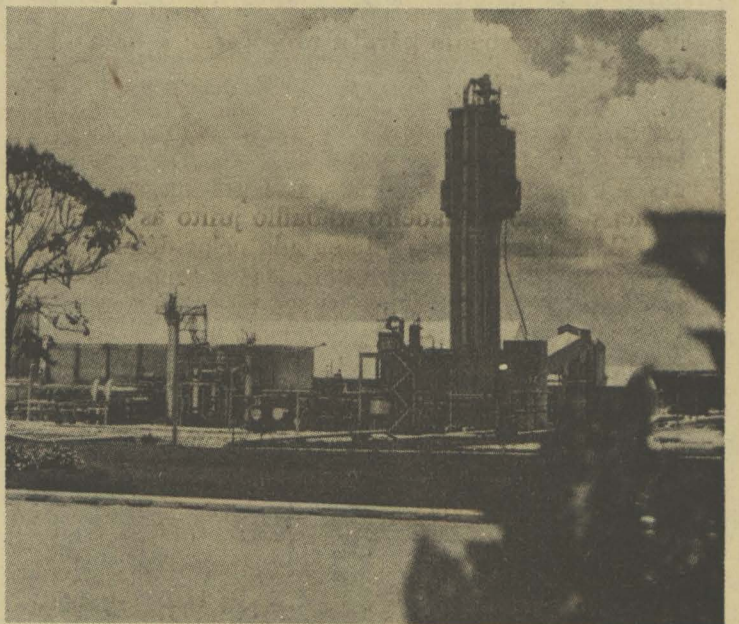
Quero relatar o que ocorre num dos maiores projetos agrícolas, onde mais de 800 famílias, cerca de 5.500 pessoas, estão no mais completo abandono. Faz mais de três anos que não se tem financiamento agrícola. O fornecimento de água é precário. O hospital (Fundação CESPS) está na iminência de sair do projeto. A cultura agrícola, cuja base é o cajuero, vem sendo destruída quase por completo pela seca e incidência de pragas sem que a assistência técnica dê a atenção necessária ao problema.

Enfim, o povo se encontra no pior estado de miséria. A emergência, única fonte de renda para os colonos, apenas escraviza e explora cada vez mais o homem. Mui-

tas vezes os trabalhadores são obrigados a andar 28 kms para trabalhar, sem falar no atraso do pagamento.

A situação é tão dura que muitos trabalhadores são obrigados a mendigar em cidades vizinhas ao projeto, como Mossoró, Areia Branca e Carnaubais.

Essa situação começou com a entrada do ex-governador Tarcísio Maia, pai do então governador José Agripino Maia. O ex-governador não via o projeto com bons olhos, chegando a afirmar que o desativaria para criar gado. Desde então tudo virou um pesadelo. Cerca de 15% dos colonos já abandonaram o projeto em busca de melhores condições. (Um colono da Serra do Mel - Rio Grande do Norte)



Prefeito biônico de Camaçari não paga luz

A feira e o centro comercial de Camaçari estão sem luz há 18 dias e a rodoviária há 4. A luz foi cortada em função do prefeito biônico o Humberto Ellery ter atrasado o pagamento à Coelba em dois anos. Os colégios estão ameaçados de ficar no escuro, uma vez que a Coelba já deixou claro: ou paga ou corta-se a luz.

Neste briga quem paga o pato é a população, pois além de viver na lama sem a mínima infraestrutura, agora está ameaçada de viver na escuridão. Enquanto isto o prefeito vive confortavelmente às custas do povo, em sua mansão em Salvador, onde reside.

Este prefeito, Humberto Ellery, tem feito misérias em Camaçari. Há nove anos no poder, sendo Camaçari a segunda cidade em arrecadação na Bahia, só perdendo para a capital, Salvador, e tendo um orçamento para este ano em torno de Cr\$ 13 bilhões, o povo

vive no mais profundo abandono. Recentemente se constatou mais de 700 casos de malária; as ruas vivem na mais completa sujeira, o desemprego cresce estrondosamente (mais de 8 mil desempregados), falta habitação, o sistema de saúde e educação é deficiente e até mesmo um novo cemitério já é uma reivindicação dos moradores.

Porém o povo tem se levantado contra este biônico. Já foi feito abaixo-assinado, atos públicos, enfim diversas manifestações contra o corrupto. A bancada do PMDB na Câmara Municipal de Camaçari tem tido uma atuação brilhante e combativa na defesa do povo e pelo afastamento do biônico e na defesa da autonomia política e por eleições diretas para prefeito nas áreas de segurança nacional e para presidente da República (Luis Caetano, líder da bancada de vereadores do PMDB de Camaçari-Bahia)

Na Hora Amazonas quem trabalha não tem hora

Aqui na Hora das Amazonas, fábrica de relógios de pulso, no distrito industrial de Manaus, não existe restaurante próprio. A comida servida é da Cozil, empresa da Ceasa. Acontece que a coisa mais normal do mundo é a comida vir estragada. Muitas vezes até com tapirus.

Quando isso acontece, a direção da fábrica não toma nenhuma providência e a gente passa o dia sem comer e a diretora, Dra. Isa, diz que é para a gente ficar elegante!

trata muito mal o pessoal. Apesar de ter vindo de um país dito civilizado, por alguma razão ele não aprendeu a falar, só sabe gritar e berrar.

Depois da gente ficar de 10 a 36 hs dentro da fábrica, quando chega a hora de pegar o ônibus, ainda temos que ficar esperando até as 18 horas para os ônibus saírem. Quando na verdade deixamos a fábrica às 17:30 horas. Com isso as companheiras que estudam chegam atrasadas na escola. (grupo de montadoras, amigas da TO - Manaus, Amazonas).

O supervisor Ville é suíço e

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O radicalismo pequeno burguês

A ofensiva atual do "esquerdismo" pequeno burguês no movimento sindical não é uma coisa nova. Já em 1920 Lênin dizia a respeito: "O pequeno burguês enfurecido pelos horrores do capitalismo é, tal como o anarquismo, um fenômeno social próprio de todos os países capitalistas. A inconstância desde revolucionarismo, a sua esterilidade, a propriedade de se transformar rapidamente em submissão, em apatia, em fantasia, mesmo num entusiasmo furioso por uma ou outra corrente burguesa na moda — tudo isto é do conhecimento geral."

Os grupos "radicais" hoje abrigados sob o guarda-chuva tolerante do PT, batem no peito arrotando combatividade. Mas não gostam de lembrar que na greve de 1980, no ABC, recomendavam que entre uma assembléia e outra, os operários fossem pescar. Consideram uma traição inominável a idéia de se adiar o Conclat por algum tempo visando evitar uma divisão no movimento sindical. Mas ficam raivosos quando alguém recorda que no ano passado eles estavam entre os que, para não atrapalhar sua atividade eleitoral, colaboraram para adiar o Conclat.

Estas idas e vindas não se devem apenas às vacilações desta ou daquela liderança. Falando sobre os "socialistas revolucionários", organização da pequena burguesia radical na Rússia, Lênin dizia: "Em primeiro lugar, este partido, que negava o marxismo, obstinava-se em não querer (talvez fosse mais justo dizer que não podia) compreender a necessidade de ter em conta com estrita objetividade as forças de classe e as suas relações mútuas antes de empreender qualquer ação política."

VISÃO ESTREITA

Agora também, o que importa para os nossos "esquerdistas" é a satisfação de realizar o seu Conclat, aprovar as suas posições, escolher a sua direção. Não se dão conta que por mais pompas que sejam as deliberações tomadas, assemelham-se a uma espada de papelão. Representam apenas uma parcela dos trabalhadores e desunidos eles não terão forças suficientes para enfrentar o governo e os patrões. Os sindicalistas que impuseram na marra para a direção da sua CUT, desrespeitando as decisões das bases nos Enclats e Ceclats, muitas vezes não têm representatividade nos seus Estados e, conseqüentemente, terão poucas condições de aplicar o que foi decidido. Por isto mesmo, é de se prever novas guinadas. Ou voltarão atrás, sentindo a fragilidade das atitudes que tomaram, ou teimarão em seguir em frente cegamente, numa postura que caminha claramente para a provocação e para a aventura.

Não conseguem, ou não podem, como diz Lênin, compreender que a arma maior do proletariado é a sua unidade e organização. Não avaliam a correlação de forças e por isto não dedicam-se ao verdadeiro trabalho junto às bases. Com a arrogância alimentada pelos dólares da social democracia européia fazem seus planos levando em conta apenas os estreitos limites de sua própria corrente sindical e política.

UNIDADE NA LUTA

Apesar disto, é sabido que conseguem arrastar momentaneamente alguns líderes sindicais e ativistas honestos e comprometidos com a classe operária. Assim como empolgam parcelas de massas com o linguajar radical. Desta forma, na busca da unidade, os operários conscientes obrigatoriamente precisam buscar meios de entendimento com esta corrente. E o campo que pode levar de fato à unidade é o da luta concreta em torno dos interesses políticos e econômicos da classe operária e do povo. Neste terreno é que as massas encontram seus dirigentes mais conseqüentes.

A arte do povo na festa da Freguesia do Ó

Durante três dias o povo da Freguesia do Ó, na Zona Oeste de São Paulo, foi a rua festejar os 403 anos do seu bairro. Com a colaboração de artistas e do povo da região foi possível fazer com poucos gastos um grande festejo. Artistas quase desconhecidos da região puderam pela primeira vez se apresentar para um público de milhares de pessoas.

A Freguesia do Ó é um dos bairros mais antigos da capital paulista e também um dos mais carentes. Ali concentra-se uma grande população de operários que trabalham nas fábricas da Zona Oeste. Existe uma grande carência de lazer para o público. Segundo o administrador regional, Luiz Paulino, "não existe nenhum parque de diversão na área e por isso festas deste tipo são importantes para o povo". É a preocupação da Regional é contar com a participação de toda a população para enfrentar os principais problemas.

Neste sentido o que garantiu o sucesso da festa dos dias 26, 27 e 28 de agosto foi a adesão popular. As festividades foram organizadas pela Comissão Cultural e pelo Conselho das Sociedades Amigos de Bairro da região e com o apoio da Administração Regional. Alencar Tobias, da Associação Cultural Palmeiras, explica que "a preocupação nossa ao realizar esta festa foi trazer os grupos culturais da periferia. Está cheio de artistas nos bairros". Um outro da comissão de organização, Douglas Antonio Melo, acrescenta: "E eles receberam bem a idéia, porque são poucas as manifestações populares onde eles podem se apresentar".

MÚSICOS DA PERIFERIA

E artistas amadores, cujo talento ficava restrito a pequenos grupos de ouvintes da periferia, puderam mostrar o seu trabalho para um grande público que se concentrou no Largo da Matriz. Ernesto de Jesus Santos trabalha numa borracharia e nas horas de folga é guitarrista no Trio Asa Branca. Foi a primeira vez que ele se apresentou na Festa da Freguesia, apesar de morar há 25 anos no bairro e fazer música há 15 anos. Flo-

risberto Francisco de Medeiros, nome artístico Chapéu de Forró, também é do Trio Asa Branca e toca triângulo. Nesta festa ele deixou de subir as escadas para pintar parede — como faz durante a semana — para subir as escadas do palco e apresentar o seu trabalho para o povo.

Mas a festa não se restringiu apenas à parte musical. Houve torneio de futebol de salão, basquete e vôlei, corridas de bicicleta, teatro, escola de samba, etc. Ninguém foi discriminado e ninguém cobrou nada para se apresentar. E o público — em sua grande maioria trabalhadores — valorizou os trabalhos apresentados. Arnaldo Paloschi é do Grupo Teatral Jaquitá Deixaficá, de Osasco, e estava bastante emocionado depois de apresentar a peça "Aluguel Vencido". Ele dizia que era a primeira vez que se apresentava para um público grande como aquele que estava na praça. "Eu achei muito bonito a praça tomada pelo povo", ressaltava Arnaldo. O autor da peça, Daniel Pedro, acrescentava: "Festa deste tipo devia ter em toda a cidade".

SEM PRECONCEITO

O mestre de capoeira Aberrê, num intervalo entre um batuque e outro de seu atabaque comentava: "Olha, não sei quem está participando, nem quem está fazendo festa, mas posso lhe dizer que desde que moro aqui na Freguesia há 15 anos, esta é a primeira festa sem preconceito e com alegria no rosto do povo que assiste". Bastante conhecido por causa da sua Associação de Capoeira Filho da Bahia, Aberrê ressaltava: "Isso que está acontecendo é o povo participando. O importante é o povo participar".

(Domingos Abreu)



Cena de A Dificil Viagem

Um filme sobre a vida camponesa

A Dificil Viagem, o premiado filme de Geraldo Moraes, estreou recentemente no Rio de Janeiro. Estrelado por Paulo José e Zaira Zambelli, o filme contribui para uma reflexão sobre a realidade dos camponeses pobres da região do Araguaia.

No "Nosso 1º Festival de Cinema do Rio de Janeiro" A Dificil Viagem foi escolhido o "Melhor Filme" pelo júri popular, e ainda arrebatou os prêmios de melhor direção, fotografia e intérpretes (Paulo José e Roberto Bonfim). O filme traz às telas o Araguaia e seu povo. Mostra que, sem dúvida, reina no campo a ignorância e o atraso. Os camponeses não sabem ler — recorrem ao engenheiro Evandro para que leia suas cartas. Não há médico — um curandeiro faz, com sucesso, um parto. Mas ignorância e atraso não são sinônimos de burrice.

Evandro Souza, 40 anos, é um carioica que estudou no exterior e possui uma empresa construtora. A falência da empresa e a morte do pai levam-no ao Araguaia. Ali ele inicia por pretender modificar os hábitos da população que vive à beira do rio. É assim, não acreditando na habilidade e inteligência dos camponeses, que perde seus livros numa canoa que afunda. O lavrador Pedro havia lhe avisado que iria chover. Evandro, com desdém, refuta: "Com esse sol?" Choveu torrencialmente.

O carioica aprende, sofrendo, que é preciso ter os



Paulo José, prêmio pela atuação como Evandro

camponeses como mestres. Vê que as pessoas do campo têm sua própria noção de moral, seus hábitos e costumes. Do ponto de vista social evolui para ter em seu coração a revolta contra as injustiças que padece o povo e o desejo de união e solidariedade.

Evandro mata um cabo que buscava o executor de um latifundiário. E ao matá-lo se torna um personagem da beira do rio. Seu envolvimento amoroso com Luiza o torna ainda mais apegado à terra, ao povo simples e bom, encerrado em seu mundo de horizontes dife-

rentes dos do homem citadino, porém capaz de pensar e traçar normas de vida respeitáveis.

A fotografia de Walter Carvalho capta Evandro na atmosfera dramática da região. Esta harmonia com a região faz do filme, além de uma aventura, um documentário. O local e o povo são bem retratados. O modo de vida da população, suas habitações, costumes, podem ser bem observados. A Dificil Viagem é um filme que busca a realidade das massas trabalhadoras. (Ernesto Alves da Silva, da sucursal do Rio)

Alegria secundarista no acampamento da Viração

Cerca de 400 pessoas participaram do I Acampamento Estadual da Viração, realizado no último fim de semana no Centro Municipal de Campismo de São Paulo (Cemucam). Jovens de mais de dez cidades paulistas praticaram esportes, cantaram, dançaram e assistiram palestras sobre cultura e problemas nacionais.

Cleonice Calu Lima, uma das organizadoras do acampamento, acha que ele "foi bom. A adesão de secundaristas de vários locais, como Campinas, Guarulhos, Cotia, Botucatu, Marília, Taubaté, Lins, Presidente Prudente, São Paulo, e outras cidades mostra que os jovens se interessam por esse tipo de atividade. A juventude tem uma ânsia muito grande de se encontrar, de participar das coisas".

Os dramaturgos Plínio Marcos e Luis Fernando, e o veterano combatente pro-

letário José Duarte foram alguns dos palestristas que a tendência estudantil Viração levou ao acampamento. Entre jogos, brincadeiras e músicas, os secundaristas passaram os dias 27 e 28 no Cemucam. Big, um estudante da zona leste de São Paulo, passeava por todos os lados, fotografando o que via: "Sempre gostei muito de acampar. Já conheci quase todo o Brasil na base do acampamento. Mas este é o primeiro acampamento deste tipo que participo. E é muito bom. Tem alguns problemas de estrutura que, com a experiência, o pessoal vai superando. Mas outros devem ser realizados. A idéia é muito boa".

"MATEMÁTICA NÃO!"

Já a secundarista Iracema passou a noite intranquila, no Cemucam. Suas companheiras é que contam fazendo piada: "Ela virava de um lado pro outro, enquanto dormia, gritando: 'Não! Matemática não!'

ENCONTRO EM MARÍLIA

Fruto do acampamento, os secundaristas de Marília já estão pensando em realizar um Encontro Regional de Viração. A promoção foi encerrada com a apresentação do Hino da Viração, composto pelos secundaristas da região do ABC.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffly, Olivia Rangel.

Sucursais:
ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ** — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUI** — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar CEP 64000. **CEARA** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206, CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4, CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE** — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alcrim CEP 59000. **PARAIBA** — João Pessoa: Rua Padre Melra, 30, sala 108, CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. **PERNAMBUCO** — Recife: Rua Sossogo, 221 — Boa Vista — CEP 50000. **Cabo:** Rua Vitorino Batista, 239. **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3, CEP 55300. **ALAGOAS** — Maceió: Rua Cincinnati Pinto, 183, Centro, CEP 57000. **SERGIPE** — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sala 28, CEP 49000. **BAHIA** — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101, CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12, CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204, CEP 45600. **MINAS GERAIS** — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817, Fone: 224.7605, CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411, CEP 36100. **GOIÁS** — Goiânia: Rua 27, nº 69 Centro — CEP 74000 — Goiânia-GU. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul, CEP 70317. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095, CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** — Campo Grande: Rua Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15, CEP 79100. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Rua Vitória, 961 — Forte São João — CEP 29000 — Vitória-ES. **RIO DE JANEIRO** — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208, CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira, CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807, CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101, CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 601, CEP 26000. **SÃO PAULO** — São Bernardo do Campo: Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar, CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Sta. Catarina, 39, sala 303, CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 592, CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar, CEP 17500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367, CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119, CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, 7, CEP 11100. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7, CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 632, sala 5, CEP 12100. **PARANÁ** — Londrina: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8, CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29, CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montauray, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100. **Rua Andrade Neves, 1589 sala 403 - Pelotas-RS, CEP 96100.**

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8 Tels. 263.3115, São Paulo-SP

Princípios

Revista teórica, política e de informação. ANITA GARIBALDI - GRUPO 6



Saiu a Princípios 6

Neste número da revista Princípios, artigos sobre a crise e os operários, o centenário de morte de Karl Marx, e o capitalismo no campo. Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Major Quedinho, 300, sala 3, Bela Vista — S. Paulo, CEP 01050, com envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 500,00.

Publicações da Editora Anita Garibaldi

O imperialismo e a revolução (Enver Hoxha)... Cr\$ 800,00
Farabundo Martí, herói de El Salvador..... Cr\$ 200,00
Educação revolucionária do comunista (Diógenes Aruda)..... Cr\$ 500,00
Pela liberdade e pela democracia popular (João Amazonas)..... Cr\$ 500,00
Socialismo, ideal da classe operária e anseio de todos os povos (João Amazonas)..... Cr\$ 500,00
O revisionismo chinês de Mao Tsetung..... Cr\$ 800,00
Discurso aos eleitores (Enver Hoxha)..... Cr\$ 300,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA (Enver Hoxha)... Cr\$ 800,00
Guerrilha do Araguaia..... (esgotado)
Os comunistas e as eleições (Lênin) Cr\$ 400,00
Princípios (revista teórica) n°s 1 a 6..... Cr\$500,00

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. (com envio de cheque nominal no valor da compra) Rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050. Bela Vista — São Paulo-SP.

Independência ou escravidão

Neste 7 de setembro o Brasil comemora 161 anos de sua libertação de Portugal. A independência nacional, entretanto, é mais do que nunca pisoteada. Os atentados contra ela, praticados pelo regime imposto pelos generais a partir de 1964, conduziram o Brasil a uma situação equivalente aos da colônia, quando era propriedade portuguesa.

1 A Sangria dos lucros

Uma das primeiras medidas do marechal Castelo Branco — primeiro presidente depois do golpe de 1964 — foi atenuar a lei que limitava em 10% a remessa para fora do Brasil dos lucros obtidos pelo capital estrangeiro. Pela lei, a outra parte do lucro deveria ser reinvestida em atividades econômicas no país, sendo considerada como capital nacional — isto é, não se calculavam lucros do capital estrangeiro sobre ela.

Castelo Branco elevou o limite para 12% e deixou de especificar o que se considerava "capital estrangeiro", permitindo às multinacionais enviar para as suas matrizes lucros obtidos por dinheiro que ganharam aqui no Brasil reinvestido em suas empresas locais.

2 Jarí, quase outro país

Situado na fronteira do Pará com o Amapá, este mirabolante sonho do milionário americano Daniel Ludwig desfez-se no final de 1981, por incompetência administrativa. O projeto Jarí ocuparia uma área estimada em 6 milhões de hectares — maior do que a de seis Estados brasileiros. No seu território, as leis brasileiras não valem e as autoridades de nosso país não entram — aí a soberania nacional deixou de existir.

Para salvar o Jari da falência, em janeiro de 1982 o governo brasileiro juntou 27 dos maiores empresários, capitaneados pelo notório testa-de-ferro do imperialismo, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, para comprar o projeto por 280 milhões de dólares — e só o Banco do Brasil entrou com 200 milhões.

3 A traição à Petrobrás

O slogan "O petróleo é nosso" foi a palavra de ordem de uma das mais memoráveis campanhas de massas feitas no Brasil, em defesa das riquezas nacionais. Ela desenvolveu-se no começo dos anos 50 e resultou na lei que instituiu o monopólio estatal da extração do petróleo e criou a Petrobrás.

O ataque contra este patrimônio nacional começou em 1974, quando o então ministro das Minas e Energias, Shigeaki Ueki, falou pela primeira vez em "contratos de risco". Em outubro de 1975, falando a uma rede nacional de TV, o presidente Geisel anunciou a sua adoção. Era o fim do monopólio estatal do petróleo.

4 A farsa da Light

No final de 1978, o governo anunciou com grande alarde a "nacionalização" da maior empresa estrangeira

que atuava no Brasil, a Light. Era uma farsa. A Light atuou aqui desde o final do século passado, e formou um enorme império de empresas para explorar serviços públicos. Segundo os contratos feitos com o governo, após o término da concessão a empresa reverteria ao patrimônio do Estado, sem direito a indenização. Em 1989 os contratos começariam a vencer; por isto, há muito tempo a Light não tinha interesse em renovar seus equipamentos, muitos deles obsoletos, e seus dirigentes procuravam vendê-la para o governo. Após negociações secretas, a venda concretizou-se: o governo comprou o ferro-velho mais caro do mundo, por 1,4 bilhões de dólares!

5 A entrega de minérios

Toda a produção nacional, em 1978, de níquel, amianto e nióbio estava nas mãos de grupos estrangeiros, que dominavam ainda 80% da produção de ouro e 65% do alumínio, segundo dados do CNPq. Naquele ano existiam 1.550 empresas de mineração estrangeiras que, obedecendo aos interesses de suas matrizes, requereram as jazidas só as explorarão quando for de sua conveniência.

Uma das maiores empresas que atuam na mineração é a MBR - Minerações Brasileiras Reunidas - formada pela Hanna Mining Co., um truste norte-americano do aço (49% das ações), e pelo grupo Antunes (51%). Apenas formalmente a MBR é brasileira. Desde 1947 Azevedo Antunes é sócio de confiança dos grupos estrangeiros que, por força da lei, não podem atuar sozinhos no Brasil. Em 1965, Castelo Branco entregou à MBR as riquíssimas jazidas de ferro do Vale do Paraopeba, em Minas Gerais, e concedeu subsídios ao transporte do minério até o porto de Sepetiba, construído unicamente para atender a empresa. Ou seja, entregou o minério de ferro e ainda financiou seu transporte para o exterior.

6 Indústria dominada

Com o advento dos militares ao poder, a presença imperialista na economia brasileira cresceu desmesuradamente. Hoje encontram-se em mãos estrangeiras 100% da indústria automobilística, 100% da borracha, 100% da farmacêutica, 100% da química (exceto a petroquímica), 80% da eletroeletrônica, 80% de eletrodomésticos e 70% do alumínio.

A Fábrica Nacional de Motores foi construída ainda



Ministros negociam com o FMI a soberania da pátria. A Fiat, em Minas, entra com 24% do investimento mas controla 50% do capital da empresa. Riquezas minerais de Carajás são hipotecadas para pagar a dívida externa.

7 Controle da agricultura

Aproveitando-se dos incentivos fiscais para investir na Amazônia e no Nordeste, várias empresas estrangeiras instalaram-se no campo, usando para isto dinheiro que de outra maneira pagariam como imposto de renda. A Volkswagen, por exemplo, tem um enorme latifúndio de 140 mil hectares para criação de gado no Vale do Cristalino. O King's Ranch, uma empresa norte-americana criadora de gado, tem 130 mil hectares; o grupo Liquifarma tem a fazenda Suíá-Missú, com 700 mil hectares. Toda esta terra é disputada palmo a palmo com os posseiros que as desbravaram e que há décadas moram nelas.

O controle da agricultura é exercido também pelo domínio da importação e exportação dos bens de produção — tratores, fertilizantes, sementes, matrizes, técnicas agrícolas ou através de estímulos à produção de determinados gêneros solicitados pelo mercado internacional — como foi o caso da soja.

Além disso a Fiat tem isenção de impostos e taxas municipais até 1985, recebeu o terreno com toda a infraestrutura da prefeitura de Betim — seu preço foi avaliado na época em Cr\$ 10 milhões mas a Fiat pagou o preço simbólico de Cr\$ 7,00.

O governo estadual comprometeu-se ainda a criar toda a infraestrutura para o investimento: estradas externas à obra, vias de acesso à rodovia São Paulo - Belo Horizonte, energia elétrica, água, linhas telefônicas, rede de esgotos, etc. Tudo isto avaliado em Cr\$ 31,5 milhões, que a Fiat pagará em 45 anos, desde 1977, em prestações anuais de Cr\$ 700 mil sem juros e sem correção monetária.

8 O Japão tem a sua fatia

Em 1974 o governo Geisel passou a negociar com os imperialistas japoneses a exploração agrícola de 50 milhões de hectares (quase duas vezes o tamanho de São Paulo) no sul de Goiás e oeste de Minas Gerais. Para viabilizar a produção de

gêneros exportáveis naquela região, o governo praticamente abre mão dessa imensa área, que passe ao controle do JICA, uma agência governamental japonesa. Compromete-se ainda a entregar toda a infraestrutura necessária e a adotar uma legislação que favoreça o projeto. A produção será toda exportada para onde convier aos japoneses.

9 A hipoteca de Carajás

Uma das ideias mais megalomaniacas já formuladas, o projeto Carajás prevê investimentos de no mínimo 62 bilhões de dólares, em 10 anos. Com uma área de 70 milhões de hectares — talvez a mais rica província mineral do planeta — o projeto vai do rio Xingú até o rio Paranaíba (já no Piauí) e do paralelo 8 até as margens do rio Amazonas. Prevê a exploração e beneficiamento de minérios, agropecuária e exploração florestal.

Calcula-se que em Carajás existam 18 bilhões de toneladas de minérios de ferro de altíssimo teor (66%, o dobro da maioria das jazidas), 60 milhões de toneladas de manganês, 1 bilhão de toneladas de cobre, 40 bilhões de toneladas de alumínio, 124 milhões de toneladas de níquel, 100 toneladas de ouro, 100 mil toneladas de estanho, além de zinco, prata, cromo amianto e outros minerais. O governo dos generais pretende hipotecar Carajás, como garantia do pagamento da dívida externa.

Escravidão pela dívida

A rendição dos generais ao capital estrangeiro atingiu seu ponto mais grave em 1983, quando para conseguir recursos para manter

o atual modelo econômico, chegaram a assinar acordos que abrem mão explicitamente da soberania do país.

A dívida externa passou de 3,1 bilhões de dólares em 1964, para 83,3 bilhões em 1982 — dados oficiais, pouco confiáveis (já deve estar em 100 bilhões). Em setembro de 1982 o país esgotou sua capacidade para honrar os compromissos externos e recorreu ao FMI. Foi obrigado a aceitar um recetário econômico sufocante para a economia — arrocho salarial, limitação do crédito, fim dos subsídios a produtos essenciais à vida do povo — que resultou em desemprego e miséria para os trabalhadores.

Em seus acordos com o FMI, a equipe econômica do governo formulou quatro projetos de captação de recursos. O primeiro deles, coordenado pelo Morgan Guaranty Trust, foi denunciado como lesivo à soberania nacional pelo senador Itamar Franco, do PMDB. O acordo consolida a prática das taxas de juros que podem ser modificadas unilateralmente pelo emprestador, que pode romper o acordo a qualquer momento, sem nenhuma garantia para o lado brasileiro. Mas o Brasil oferece todas as garantias aos banqueiros, inclusive a penhora de seu patrimônio no exterior.

O projeto dois, coordenado pelo City Bank, vai ainda mais longe. O Brasil renuncia expressamente à soberania para a discussão do acordo, aceita foros e juízes estrangeiros para julgar as pendências, compromete-se a não discutir o laudo pericial que for emitido — que será baseado nas leis de Nova York. Compromete-se ainda a fornecer mensalmente ao FMI e aos banqueiros internacionais as modificações salariais decorrentes da política de correção baseada no INPC.

Um objetivo sagrado

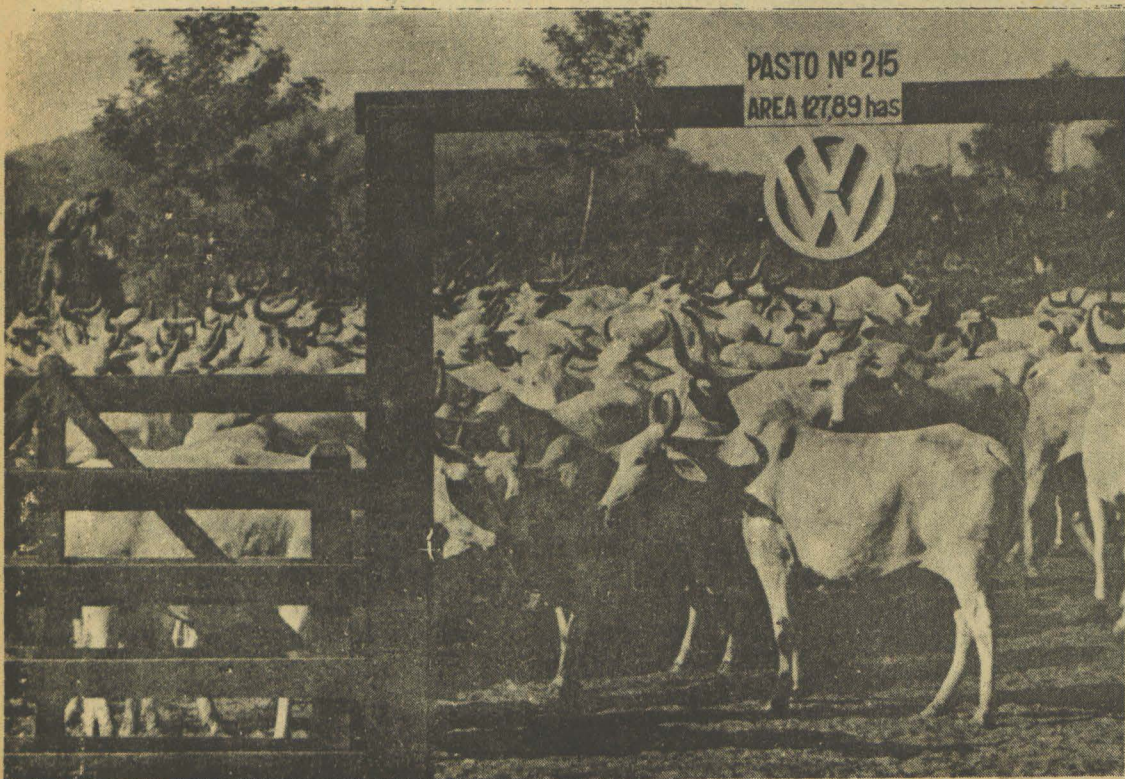
Hoje, após 161 anos de "independência", fica evidente que a questão nacional é vital para o povo brasileiro. A luta antiimperialista não obedece a nenhum imperativo de ódio ao estrangeiro. Decorre de que os atentados à soberania nacional ferem principalmente os trabalhadores da cidade e do campo, imensa maioria da população brasileira.

Ao subordinar a política econômica às exigências do FMI, o governo atenta diretamente contra os operários (o decreto 2045 é o exemplo mais veemente hoje); fere os interesses dos camponeses, destrói suas lavouras para favorecer a cultura de exportação; atinge os pequenos e médios empresários que não suportam os altos juros bancários. Contraria até mesmo parcelas dos grandes em-

presários, como atesta documento recente de 12 dos mais expressivos representantes da burguesia monopolista brasileira.

Ao entregar as riquezas naturais ao saque dos monopólios multinacionais, o governo atenta inclusive contra as gerações futuras, que herdarão buracos onde existiram, um dia, bilhões de toneladas de minérios essenciais ao progresso da nação e bem estar do povo.

A independência não é pois uma festa bonita que se realiza todos os anos para manter acesa a chama cívica no coração dos brasileiros. Ela é um objetivo sagrado que só se concretizará quando o povo tomar em suas mãos o destino do país. Isto exige a expulsão do imperialismo e o fim do regime militar de traição nacional que o sustenta.



A Volkswagen, com o imposto que não paga, por concessão do governo, tem 140 mil hectares no Pará, para criar gado. O projeto Jarí, também com favores oficiais, implantou uma fábrica de celulose com produção de 750 toneladas por dia.